
RESOLUÇÃO CONSUP Nº 23, DE 21 DE AGOSTO DE 2018.

Aprova, *ad referendum*, o Plano Estratégico de Permanência e Êxito dos Estudantes do IFSC .

A PRESIDENTE do CONSELHO SUPERIOR do INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE SANTA CATARINA, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pelo Decreto de 15/04/2016, publicado no DOU de 18/04/2016, e atendendo as determinações da Lei 11.892, de 29 de dezembro de 2008,

Considerando a ausência de quórum regimental para apreciação dos pontos de pauta na 54ª Reunião Ordinária do Conselho Superior, em 20 de agosto de 2018;

RESOLVE:

Art. 1º Aprovar, *ad referendum*, o Plano Estratégico de Permanência e Êxito dos Estudantes do IFSC, em anexo.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

MARIA CLARA KASCHNY SCHNEIDER

Autorizado conforme despacho no documento nº 23292.034078/2018-76



**INSTITUTO
FEDERAL**
Santa Catarina

PLANO ESTRATÉGICO DE PERMANÊNCIA E ÊXITO DOS ESTUDANTES DO IFSC

Agosto de 2018



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE SANTA CATARINA

PLANO ESTRATÉGICO DE PERMANÊNCIA E ÊXITO DOS ESTUDANTES DO IFSC

Reitora

Maria Clara Kaschny Schneider

Pró-Reitor de Ensino

Luiz Otávio Cabral

Diretor de Ensino

Orlando Rogério Campanini

Diretora de Assuntos Estudantis

Girlane Almeida Bondan

Diretora de Estatísticas e Informações Acadêmicas

Elisa Flemming Luz

Membros da Equipe

(Portaria da Reitora nº 855 de 24 de março de 2017)

Alaim Souza Neto

Ana Paula Boff

Andre Soares Alves

Camila Koerich Burin

Cristiele Aparecida Petri

Eduardo Bortoli Mariano

Elaine Cristina Basqueroto Coelho

Gilberto Vicente de Oliveira

Girlane Almeida Bondan

Janaína Turcato Zanchin

José Luis Alves da Rocha

Luiz Otávio Cabral

Marlise There Dias

Milene Aparecida Martins Sobral

Orlando Rogério Campanini

Rafael Xavier dos Passos

Roberto Torquato Rocha

Sandra Lopes Guimarães

Sidélia Suzan Ladevig Garcia

“RAP DA PERMANÊNCIA”

É,
coisas da vida, não são mil maravilhas
tem que manter a fé e a cabeça erguida
com perseverança e foco pra afastar a decadência
pensar no seu futuro e buscar a permanência
tranquilidade, ter sempre motivação
com pensamento positivo e muita disposição
evoluir aqui dentro, sem reprovação
para que a consequência não seja a evasão

exceção não é exemplo
não são todos que tem essa oportunidade
aproveita que tá dentro
ensino gratuito público e de qualidade

persistir, em qualquer maneira
enfrentar qualquer problema, superar qualquer barreira
independente, você é capaz
conquistar o que tu queiras e mostrar teus ideais

a meta é atingir o êxito
conquistar o mérito mantendo o propósito
e a sensação boa de que tu venceu
exclui a dificuldade porque isso não é teu
ter o seu orgulho pois sabe que você
foi um dos escolhidos para estar no I-F-S-C
para estar no IFSC.

Composição: Gean Lucca de Medeiros Torres.

Interpretação: Pedro Henrique Matte, Matheus Schroeder Pereira, Hellen Vitória da Silva e Gean Lucca Torres.

Coordenação artística: Prof. Rodrigo Cavaleri e Profa. Rita Inês P. Peixe.
Alunos e docentes do campus ITJ do IFSC.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Linha do tempo do IFSC	11
Figura 2 – Distribuição dos câmpus do IFSC no estado de Santa Catarina	12
Figura 3 – Evolução do quadro de servidores do IFSC, 2008/2016	13
Figura 4 – Indicadores de ingresso acadêmico do IFSC, 2008/2016	13
Figura 5 – Distribuição das matrículas IFSC por tipo de curso 2012-2016	14
Figura 6 – Evolução da renda familiar dos ingressantes 2013-2016	15
Figura 7 – Evolução do número de ingressantes, matriculados, concluídos e evadidos na RFEPT, entre 2009 e 2017	17
Figura 8 – Ciclo de matrícula no SISTEC	24
Figura 9 – Média geral da situação das matrículas por IF (2009-2017)	29

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Indicadores gerais P&E do IFSC, 2011-2016	25
Quadro 2 – Média geral da situação das matrículas RFEPT e IFSC (2009-2017)	27
Quadro 3 – Média geral da situação das matrículas por modalidade de ensino na RFEPT e IFSC (2009-2017)	30
Quadro 4 – Média geral da situação das matrículas por gênero na RFEPT e IFSC (2009-2017)	31
Quadro 5 – Situação das matrículas por tipo de curso e de oferta da RFEPT e do IFSC (2009-2017)	32
Quadro 6 – Situação das matrículas por Eixo Tecnológico da RFEPT e do IFSC (2009-2017)	35
Quadro 7 – Total de matrículas e situação das matrículas por campus do IFSC (2009-2017)	37
Quadro 8 – Fatores que explicam a evasão e a retenção dos estudantes nos diferentes tipos de cursos	40
Quadro 9 – Medidas que deveriam ser adotadas no combate a evasão e a retenção dos estudantes nos diferentes cursos	48

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Média geral da situação das matrículas na RFEPT e IFSC (2009-2017)	27
Gráfico 2 – Média geral da situação das matrículas na RFEPT e IFSC (2009-2017) - Modalidade Presencial e Modalidade EaD	30
Gráfico 3 – Média geral da situação das matrículas por gênero na RFEPT e IFSC (2009-2017)	31
Gráfico 4 – Média geral da situação das matrículas por tipo de curso e forma de oferta na RFEPT (2009-2017)	33
Gráfico 5 – Média geral da situação das matrículas por tipo de curso e forma de oferta no IFSC (2009-2017)	33
Gráfico 6 – Média geral da situação das matrículas por eixo tecnológico na RFEPT (2009-2017)	35
Gráfico 7 – Média geral da situação das matrículas por eixo tecnológico no IFSC (2009-2017)	36
Gráfico 8 – Média geral da situação das matrículas por campus do IFSC (2009-2017)	38

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	09
1 CARACTERIZAÇÃO INSTITUCIONAL	11
2 JUSTIFICATIVA E OBJETIVOS	16
3 BASE CONCEITUAL E METODOLÓGICA	19
3.1 Noções Centrais	19
3.2 Aspectos Metodológicos	22
3.2.1 Fases da Elaboração do PPE-IFSC	22
3.2.2 Matrículas SISTEC, Indicadores SETEC e Análise Evasão RFEPT	23
4 DIAGNÓSTICO DA SITUAÇÃO DAS MATRÍCULAS NO IFSC	27
5 CAUSAS DA EVASÃO E RETENÇÃO DOS ESTUDANTES	39
6 MEDIDAS PARA PERMANÊNCIA E ÊXITO DOS ESTUDANTES	47
7 IMPLANTAÇÃO, MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO	57
7.1 Comissões e Planos Locais de Permanência e Êxito	57
7.2 Monitoramento e Avaliação das Ações	59
CONSIDERAÇÕES FINAIS	60
REFERÊNCIAS	61

APRESENTAÇÃO

O Plano Estratégico de Permanência e Êxito do Estudante do Instituto Federal de Santa Catarina (PPE-IFSC) tem como objetivo geral promover a permanência e êxito dos estudantes em sua oferta educativa, por meio de um conjunto de medidas que visam o enfrentamento da evasão e retenção, enquanto fatores que comprometem o atendimento da missão institucional.

O PPE foi demandado pela Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica do Ministério da Educação (SETEC/MEC), a partir do segundo semestre de 2015, e elaborado com referencial conceitual e metodológico concebido pela própria SETEC (BRASIL, 2014; BRASIL, 2015).

O trabalho envolveu a execução em quatro fases: 1) Instituição das Comissões Central e Locais; 2) Elaboração de Diagnóstico Quantitativo; 3) Elaboração de Diagnóstico Qualitativo e 4) Consolidação e Elaboração do Plano Estratégico.

O presente texto sistematiza o resultado do levantamento e da análise desenvolvidos ao longo dessas etapas. A primeira seção caracteriza brevemente o Instituto Federal de Santa Catarina (IFSC), desde sua origem aos dias atuais, e recorre a figuras e gráficos que demonstram sua evolução recente em termos de expansão e interiorização do número de unidades ou câmpus e de importantes indicadores acadêmicos.

A segunda seção apresenta os argumentos que justificam a elaboração do PPE-IFSC e enuncia os objetivos, geral e específicos, associados sobretudo à sua implementação enquanto estratégia institucional para superação da evasão e retenção dos estudantes.

Na terceira seção se descreve a base conceitual em torno das noções de permanência e êxito e de evasão e retenção, assim como o referencial metodológico necessário a elaboração e implantação do PPE-IFSC.

A quarta seção traça um diagnóstico quantitativo da situação das matrículas no IFSC no período de 2009 a 2017, a partir da Análise da Evasão na Rede Federal, com dados extraídos do Sistema Nacional de Informações da Educação Profissional e Tecnológica (SISTEC).

A quinta seção apresenta as causas da evasão e retenção dos estudantes obtidas do diagnóstico qualitativo elaborado pelos câmpus do IFSC, no segundo semestre de 2016, utilizando procedimentos e instrumentos de coleta fornecidos no referencial teórico e metodológico da SETEC.

A sexta seção sistematiza um conjunto de medidas para a permanência e êxito dos estudantes, organizado a partir do diagnóstico qualitativo efetuado pelos câmpus, e sua interface com os objetivos e iniciativas estratégicos constantes no PDI 2015-2019 do IFSC.

A sétima e última seção se constitui na descrição de orientações e medidas para o monitoramento e avaliação da execução do PPE-IFSC.

1 CARACTERIZAÇÃO INSTITUCIONAL

O Instituto Federal de Santa Catarina (IFSC) é uma instituição pública federal de educação profissional vinculada à SETEC-MEC. Sua origem remete à Escola de Aprendizes Artífices de Santa Catarina, criada em Florianópolis pelo Decreto nº 7.566/1909, com o objetivo de proporcionar formação profissional aos “filhos dos desfavorecidos da fortuna” (BRASIL, 1909). Ao longo de sua história passou por uma série de transformações e reconfigurações institucionais, conforme representado de modo resumido na figura 1 abaixo:

Figura 1 – Linha do tempo do IFSC.



Fonte: PRODIN/IFSC (2017).

Atualmente, sua missão é “Promover a inclusão e formar cidadãos, por meio da educação profissional, científica e tecnológica, gerando, difundindo e aplicando conhecimento e inovação, contribuindo para o desenvolvimento socioeconômico e cultural.” (IFSC, 2015, p. 27).

Sua estrutura em rede apresenta no momento 22 câmpus, distribuídos em 20 municípios das diferentes regiões do território catarinense, conforme representado

na figura 2. Além disso, o IFSC conta com um Centro de Referência em Formação e Educação à Distância (CERFEAD), localizado em Florianópolis.

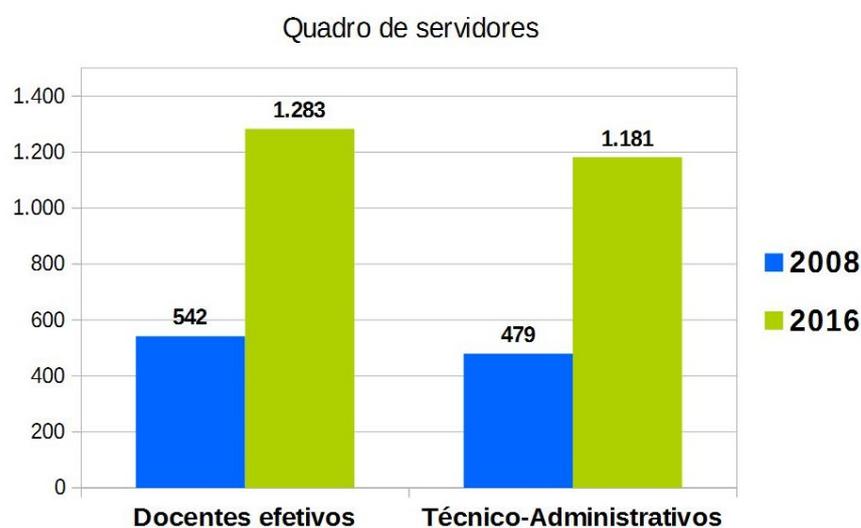
Figura 2 – Distribuição dos câmpus do IFSC no estado de Santa Catarina.



Fonte: IFSC (2017).

A consequência do processo de expansão e interiorização do IFSC, especialmente a partir de 2006, também pode ser evidenciada no crescimento significativo do número de servidores, impondo desafios em termos de capacitação e qualificação visando o entendimento da nova missão e institucionalidade advinda da publicação da Lei 11.892/2008 (BRASIL, 2008). A figura 3, a seguir, ilustra essa evolução do quantitativo de docentes efetivos e técnico-administrativos em 2008 e 2016, tendo por base os relatórios de gestão do IFSC e os indicadores da SETEC/MEC.

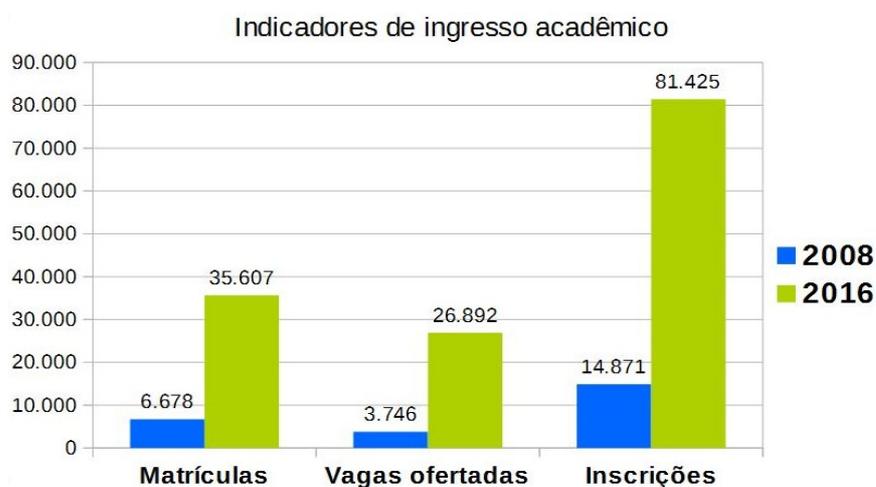
Figura 3 – Evolução do quadro de servidores do IFSC 2008-2016.



Fonte: PRODIN/IFSC (2017).

A partir da referida Lei (BRASIL, 2008), a finalidade do IFSC é ofertar formação e qualificação em diversas áreas, nos vários níveis e modalidades de ensino, bem como realizar extensão e pesquisa voltadas ao desenvolvimento de novos processos, produtos e serviços, em articulação com os setores produtivos e a sociedade catarinense. Este impacto pode ser verificado na figura 4 que mostra a evolução de alguns indicadores acadêmicos nos anos de 2008 e 2016 da Instituição, com base nos relatórios de gestão (IFSC, 2017).

Figura 4 – Indicadores de ingresso acadêmico do IFSC, 2008-2016.



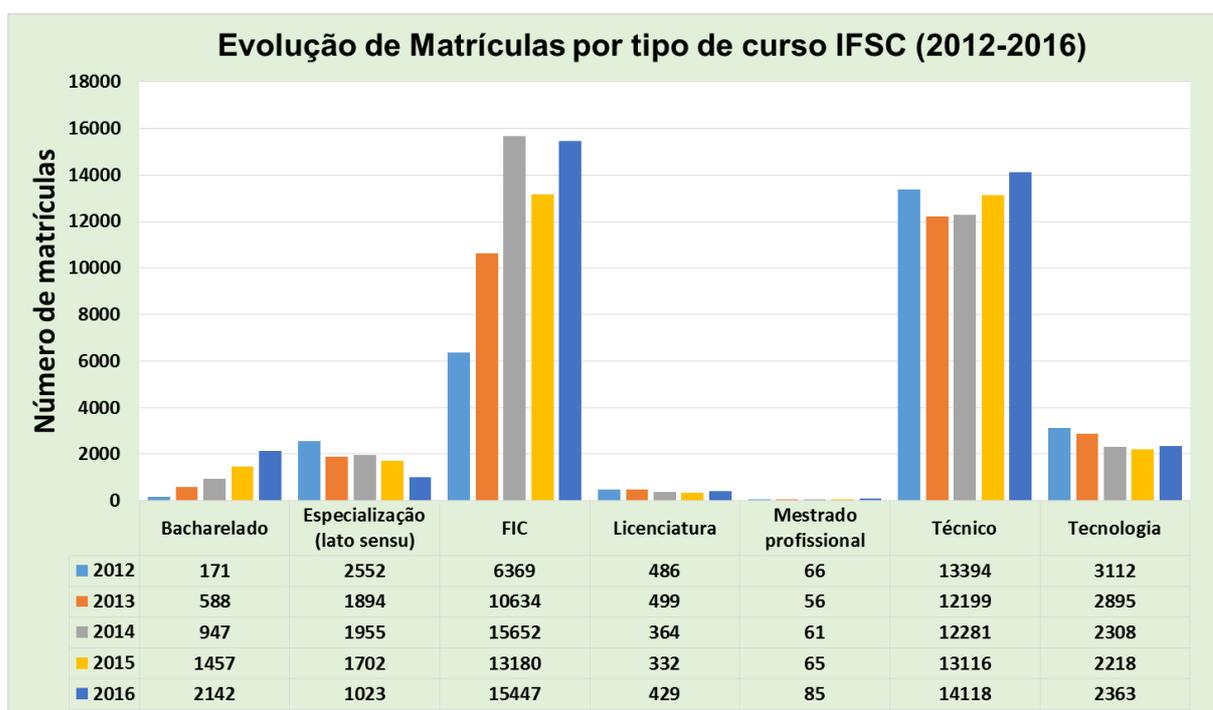
Fonte: PRODIN/IFSC (2017).

Atualmente, o IFSC atua nas seguintes modalidades da educação profissional e tecnológica:

- formação inicial e continuada (FIC) ou de qualificação profissional, cursos ministrados de forma livre ou articulados com o ensino fundamental ou com o ensino médio;
- educação profissional técnica de nível médio, através de cursos técnicos nas formas integrada, concomitante ou subsequente;
- educação superior tecnológica de graduação por meio de licenciaturas, bacharelados e cursos superiores de tecnologia e de pós-graduação lato (especialização) e stricto sensu (mestrado).

A figura 5, a seguir, apresenta a distribuição das matrículas do IFSC por tipo de curso ao longo dos últimos anos, a partir de dados extraídos do Anuário Estatístico da Instituição.¹

Figura 5 – Distribuição das matrículas IFSC por tipo de curso 2012-2016.

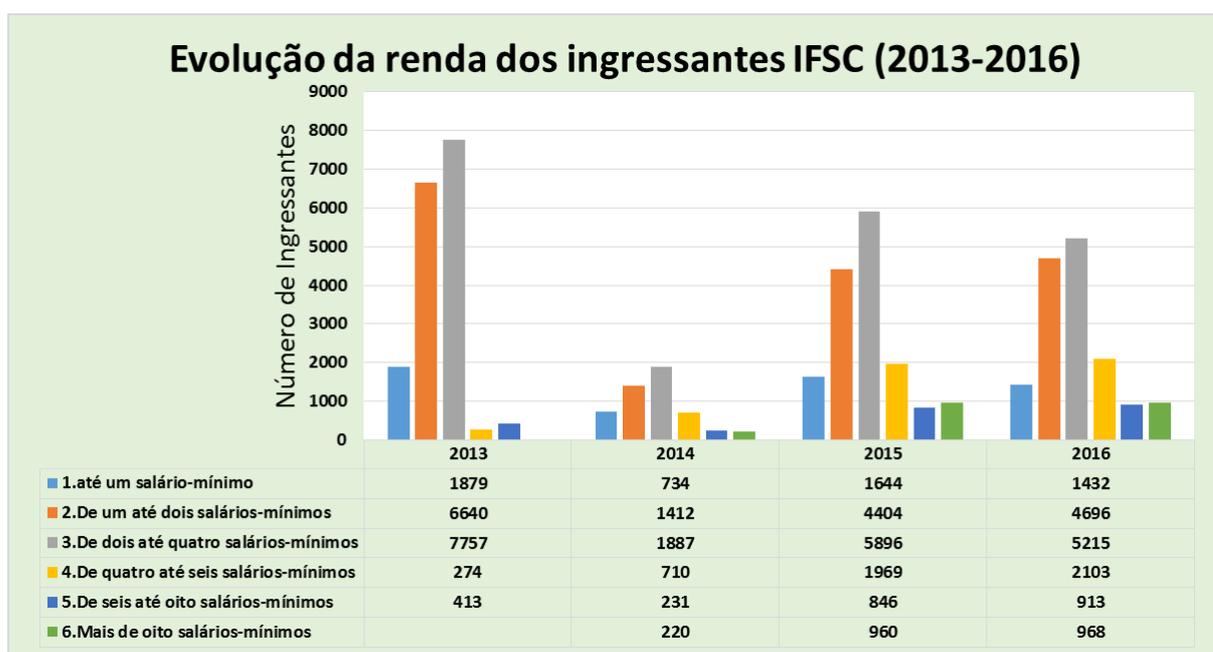


Fonte: DEIA/IFSC (2017).

¹ O Anuário Estatístico do IFSC é organizado e publicado pela Diretoria de Estatísticas e Informações Acadêmicas (DEIA) da Pró-Reitoria de Ensino desde 2012, a partir do levantamento de dados realizado junto aos Registros Acadêmicos dos câmpus e outros setores da Reitoria.

Para além do crescimento do total de matrículas, convém caracterizar ainda o público atendido pelo IFSC, especialmente em termos de perfil socioeconômico. A figura 6 ilustra a evolução do número de ingressantes por renda familiar, entre 2012 e 2016, evidenciando, portanto, que a grande maioria dos alunos pertence a famílias cuja renda bruta se encontra na faixa de até quatro salários-mínimos.

Figura 6 – Evolução da renda familiar dos ingressantes 2013-2016.



Fonte: DEIA/IFSC(2017).

Em face dessa breve caracterização institucional, convém considerar que as diferenças regionais e locais abrangidas por uma estrutura multicampi, o crescimento significativo do número de servidores, a diversidade de oferta educativa e do público atendido vão definir a complexidade de atuação do IFSC, tendo por referência uma educação pública de qualidade com vistas à inclusão e formação cidadã. Para além de promover a ampliação do acesso e do incremento do número de vagas, para avançar no sentido da missão institucional é necessário a adoção de estratégias e ações que promovam a permanência e êxito dos estudantes, assim como a inserção socioprofissional dos egressos.

2 JUSTIFICATIVA E OBJETIVOS

Ao longo da sua trajetória o IFSC tratou de forma diversa a problemática da evasão ou reprovação escolar. Segundo Almeida (2010 apud GUIMARÃES, 2012, p. 19) ao analisarmos os dados históricos do IFSC constatamos que:

[...] era gritante o índice de evasão no IFSC desde sua criação bem como o “baixo índice de frequência”. Ou seja, a mesma escola, que foi criada para “habilitar os filhos dos desfavorecidos da fortuna” e para “fazê-los adquirir hábitos de trabalho profícuo”, foi a escola que os excluiu justamente fazendo uso do mesmo paradigma, por serem pobres, sem “base”, pela indiferença familiar por terem que ajudar na economia doméstica e, para citar o relatório do Engenheiro Gabriel Alencar de Azambuja, diretor da escola em 1929: “É uma verdade por demais conhecida e proclamada o quanto é precária a frequência nas escolas de artífices, em grande parte motivada pelo descaso dos pais.”.

Até os anos 2000 as iniciativas de entendimento e de intervenção do fenômeno do fracasso escolar se apresentavam de forma eventual. Em 2006 a problemática ganhou uma abordagem mais abrangente e sistemática através do “Projeto Permanência e Êxito do Educando no CEFET-SC/2006”, desenvolvido por um grupo de trabalho (GT) que tinha por objetivo estudar e organizar estratégias de combate à evasão escolar.² No período de 2007 até 2009 foram desenvolvidos trabalhos e promovidos debates que resultaram em ações diversas e orientaram o tratamento do tema no Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) de 2009 a 2013. As atividades do GT foram concluídas em novembro de 2009 e influenciaram na criação da Coordenação de Inclusão e Assuntos Estudantis, vinculada à Pró-Reitoria de Ensino do IFSC, atualmente Diretoria de Assuntos Estudantis.

É importante observar ainda que o PDI 2015-2019, se comparado ao PDI anterior, assume o tema da permanência e êxito de forma mais abrangente, destacando-se:

– no Capítulo 2, que trata do Projeto Pedagógico Institucional (PPI), a seção “Assuntos Estudantis” que traz um item específico sobre “Permanência e Êxito”; o texto enuncia um conjunto de ações programáticas, dentre as quais interessa destacar “o desenvolvimento de estudos e ações sobre evasão e permanência”;

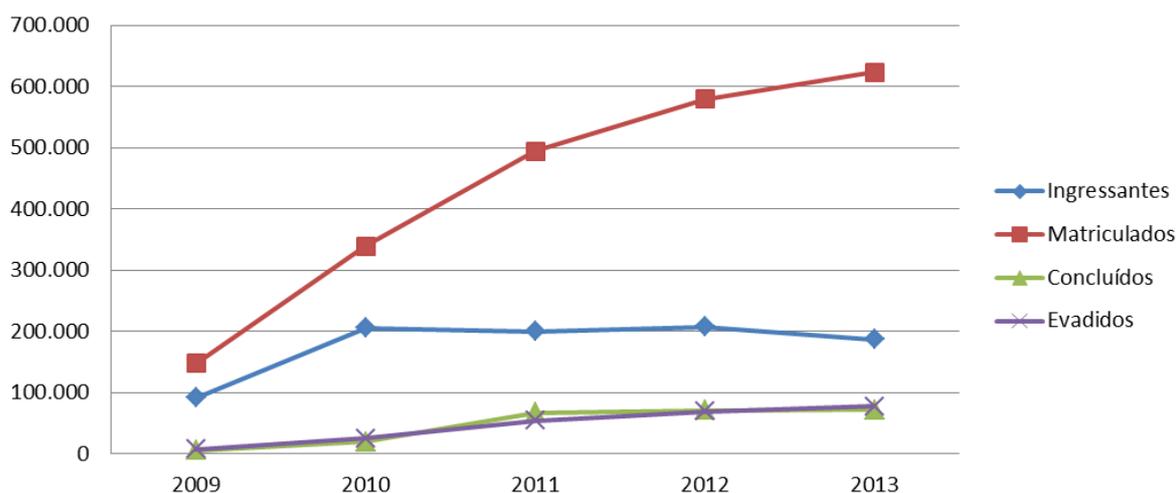
² Disponível em: <https://intranet.ifsc.edu.br/images/file/projeto_permanencia_exito_educando.pdf>.

- no Capítulo 3, que traça o “Planejamento Estratégico” e o “Mapa Estratégico”, a explicitação do processo “P3. Aprimorar os processos que conduzem à permanência e ao êxito”;
- no Capítulo 8, que descreve a “Política de Atendimento aos Discentes”, a seção que trata da “Permanência e Êxito no Percorso Formativo” como objetivo estratégico e que deve agrupar um conjunto de ações que visam aprimorar os processos de ensino e de suporte aos estudantes.

Com estas referências ao tema extraídas do texto do PDI (IFSC, 2015) já é possível evidenciar a preocupação do IFSC com a evasão e retenção enquanto fatores que impactam negativamente no cumprimento de sua missão institucional, reforçando a justificativa da necessidade premente de um plano estratégico de permanência e êxito dos estudantes.

Apesar do menor ou maior esforço ou ênfase institucional, os números associados à evasão de estudantes continua preocupando o IFSC e demais instituições da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica (RFEPT). A figura 7 apresenta a evolução do fenômeno entre 2009 e 2013:

Figura 7 – Evolução de matriculados, concluídos e evadidos na RFEPT, entre 2009 e 2013.



É fácil perceber na figura 7 o alinhamento da evolução entre o número de alunos concluintes e aqueles que, por razões diversas, evadiram ou interromperam

seus estudos na RFEPT. O agravamento da questão levou a própria SETEC, diante de recomendações formais do Tribunal de Contas da União (TCU), a exigir das instituições da Rede Federal, a partir de 2015, a implementação de planos estratégicos de superação da evasão e retenção, de modo a possibilitar a realização de diagnósticos e a definição de estratégias de intervenção que contribuam para a mitigação do problema em todos os níveis e modalidades da oferta educativa.

Resultado dessa exigência, mas também da relevância que o tema vem adquirindo para o IFSC, conforme evidenciado anteriormente, o presente Plano Estratégico de Permanência e Êxito do Estudante (PPE) têm por objetivos:

Geral:

Promover a permanência e êxito dos estudantes em todos os níveis e modalidades de ensino ofertados no IFSC, por meio de um conjunto de estratégias e ações que visam o enfrentamento da evasão e retenção.

Específicos:

- analisar a problemática da evasão e retenção de estudantes no IFSC;
- mobilizar os câmpus para a discussão e enfrentamento das causas e consequências da evasão e retenção;
- implantar estratégias de intervenção para enfrentamento dos fatores mais recorrentes de evasão e retenção;
- monitorar e avaliar as ações em andamento ou a serem desenvolvidas;
- levantar subsídios para o aprimoramento dos processos de ingresso e acesso dos estudantes;
- promover a formação continuada de servidores com foco na permanência e êxito dos estudantes.

3 BASE CONCEITUAL E METODOLÓGICA

3.1 Noções Centrais

Partimos do entendimento de que não basta admitir a educação como direito social e fundamental, conforme prescrito na Constituição Federal de 1988, e que é necessário concretizar e prover ações que permitam a fruição desse direito.

Nesse sentido, tanto a CF, em seu art. 206, quanto a LDB, em seu art. 3º, indicam os seguintes princípios, com relação direta com o sucesso escolar, para que o processo educacional ocorra de forma efetiva: a igualdade de condição para o acesso e permanência na escola, a garantia do padrão de qualidade, a valorização do profissional da educação escolar e a vinculação entre a educação escolar, o trabalho e as práticas sociais. (BRASIL, 2014, p. 15)

Na contemporaneidade, dentre as questões conflitantes que perpassam a relação entre educação, instituições e sociedade merece destaque a retenção e a evasão, presentes em todos os níveis e modalidades de ensino. Em função disto, permanência e êxito escolar se colocam como meta dos diversos sistemas de ensino existentes.

A abordagem sobre permanência e êxito deve abranger significados diversos relacionados à frequência do estudante na escola e seu desempenho no processo formativo e não exclusivamente aos momentos e eventos no qual o sucesso é aferido (nota final ou conclusão do curso). É preciso considerar o percurso do aluno para atingir ao êxito como resultado do processo de ensino e aprendizagem ao longo do curso. Este entendimento remete à garantia do direito à educação (no acesso), à continuidade dos estudos (na inserção educacional) e à possibilidade de inserção cidadã e laboral do estudante (na inserção socioprofissional).

Permanência e êxito são ações complementares e interdependentes entre si. Enquanto o acesso é a porta de entrada para os estudantes, a permanência com êxito diz respeito aos esforços educacionais envidados para a manutenção e integralização dos estudos. “No alcance desse último, destacam-se tanto os aspectos da trajetória escolar sem interrupções, como as condições necessárias e adequadas para os ingressantes permanecerem na instituição” (IFRN, 2016, p. 28).

Para tanto, sistemas e instituições educacionais precisam colaborar para a democratização do acesso, para a garantia das condições de permanência e para a inserção socioprofissional dos egressos, “[...] de modo a efetivar o direito a uma aprendizagem significativa, garantindo maior inserção cidadã e profissional ao longo da vida” (BRASIL, 2010, p. 63).

Nesse contexto, faz-se indispensável reconhecer os fatores intervenientes da desigualdade social, econômica, política e ambiental com vistas à necessidade de se construírem políticas, projetos, ações e práticas educativas de superação a um cenário cada vez mais preocupante de fracasso escolar e de baixa efetividade da educação.³

A evasão e a retenção nos estudos se constitui fenômeno complexo e não um problema comum, comprometendo o efetivo do direito à educação para todos. Embora não haja, nas pesquisas e estudos já realizados, uma uniformidade nas definições, verifica-se o entendimento em torno do tratamento do tema a partir de sua natureza multivariável ou multiforme.

A partir de 1970, autores como Tinto (1975), passaram a destacar que a decisão do aluno de permanecer ou evadir é tomada em função da integração ou falta de integração com o ambiente da instituição, sendo influenciada por características individuais, pelos objetivos e compromissos assumidos antes do curso e também pelas expectativas em torno da carreira. Para melhor se entender essa questão, o autor sugere seis conjuntos de variáveis:

- os atributos de pré-entrada como habilidades do aluno, escolaridade anterior e antecedentes familiares;
- os comprometimentos iniciais ou metas traçadas pelo estudante;
- a integração acadêmica, tida como o vínculo entre estudante e a instituição;
- a integração social entre os grupos de estudantes e docentes;
- os comprometimentos subsequentes decorrentes do vínculo com a instituição e da intenção de conclusão de curso;
- e os aspectos externos.

3 Vários autores ao tratarem do tema “evasão, retenção e reprovação” aludem ao conceito de “fracasso escolar”, uma vez que ele sintetiza os efeitos e contextos nefastos destes problemas. Assim, o fracasso escolar é um fenômeno complexo e originado por várias causas inter-relacionadas. Complexo também porque pode acarretar marcas profundas e problemáticas na biografia de cada sujeito-aluno exposto a esse resultado da experiência escolar.

Dore e Lüscher (2011) consideram que a evasão ou abandono escolar é um processo de natureza multiforme pois pode se referir à repetência, retenção, à saída do aluno da instituição ou sistema de ensino ou à não conclusão de um determinado curso ou nível de ensino. Para a autora, a escolha de abandonar ou permanecer na escola é fortemente condicionada por características individuais, por fatores sociais e familiares, por características do sistema escolar e pelo grau de atração que outras modalidades de socialização fora da escola exercem sobre o estudante. A autora observa ainda que a evasão pode se configurar de modo específico a depender do nível de escolaridade, isto é, o abandono da escola nos níveis fundamental e médio é diferente do que ocorre na educação de jovens e adultos e no ensino superior, o que requer leituras atenciosas para os contextos em que ocorrem.

Por ser um processo de natureza multiforme e que se manifesta de muitas formas, visíveis ou não, ao longo da trajetória escolar do indivíduo, torna-se importante considerar que a escolha de sair da escola é apenas o ato final desse processo devendo-se, portanto, estar atento aos sinais manifestados pelos alunos quando estão em situação de risco (DORE, 2017).

No Brasil, até a segunda metade dos anos 1990 os estudos sobre evasão enfatizavam apenas levantamentos estatísticos fragmentados e estudos de casos isolados, que não contribuía à criação de políticas institucionais e nem fomentavam ações administrativas visando a mitigação do problema. Um dos primeiros trabalhos a sistematizar de forma mais ampla a problemática no país foi realizado pela Comissão Especial para o Estudo da Evasão nas Universidades Brasileiras, instituída pelo MEC, que se constituiu num esforço de diferentes instituições de ensino superior (IES) públicas objetivando identificar causas e possíveis soluções para o problema (BRASIL, 2014). No entendimento assumido pelo referido trabalho, a saída definitiva do aluno pode ser de três ordens: como evasão de curso, evasão de instituição ou evasão do sistema de ensino. Também foram definidas como sendo de três ordens as causas da evasão: relacionadas aos estudantes, aos cursos e instituições e as de ordem mais conjuntural, relacionada ao mercado de trabalho, ao reconhecimento da carreira, à qualidade do ensino e ao contexto socioeconômico e político.

Em face dessa reflexão, o conceito de evasão que interessa a esse Plano Estratégico pode ser resumido como a interrupção do aluno no ciclo do curso ou dos estudos. De outro lado, a não conclusão do curso no período ou ciclo de matrícula previsto será considerada como retenção.

3.2 Aspectos Metodológicos

3.2.1 Fases da Elaboração do PPE-IFSC

Em atendimento ao Ofício Circular nº 60 DDR/SETEC/MEC e, conforme descrito no Documento Orientador para a Superação da Evasão e Retenção na Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (BRASIL, 2014) e na Nota Informativa 138/DPE/DDR/SETEC/MEC, a elaboração do PPE-IFSC envolveu o desenvolvimento de ações agrupadas em cinco fases:

Fase 1 – Instituição das comissões: Com o intuito de organizar e coordenar o processo de elaboração do PPE-IFSC foi constituída a Comissão Interna Geral, com representação das pró-reitorias de Ensino, Pesquisa, Extensão, Administração e Desenvolvimento Institucional. Ainda em 2016.1 foram constituídas Comissões Internas Locais em cada um dos câmpus do IFSC.

Fase 2 – Elaboração de diagnóstico quantitativo: Em posse do levantamento recebido da SETEC com as taxas de evasão, retenção e conclusão nos diferentes cursos do IFSC, extraídos do SISTEC entre os anos de 2011 e 2014, a Comissão Interna Geral sistematizou os dados por câmpus a fim de que pudesse ser encaminhado para análise de cada uma das unidades.

Fase 3 – Elaboração de diagnóstico qualitativo: De posse dos dados quantitativos organizados por câmpus e curso, as comissões internas locais realizaram o diagnóstico qualitativo a partir de reuniões com diferentes segmentos da comunidade acadêmica (gestores, professores, estudantes e evadidos), utilizando os instrumentos de registro e apoio constantes nos Anexos A e B do Documento Orientador (BRASIL, 2014). Esta fase, além de ter fornecido informações importantes para a elaboração do plano, constituiu-se numa etapa em que as pessoas envolvidas no processo puderam refletir sobre a problemática e serem sensibilizadas para a existência do problema e a necessidade de

comprometimento para sua mitigação. O resultado do trabalho foi encaminhado à Comissão Interna Geral que passou a reunir e a sistematizar as informações com vistas a elaboração do PPE-IFSC.

Fase 4 – Consolidação do Plano Estratégico: A partir dos levantamentos dos câmpus e da sistematização dos dados e informações recebidos, a Comissão Interna Geral elaborou um plano de redação baseado na estrutura de referência descrita na Nota Informativa 138/SETEC e que resultou no presente Plano Estratégico.

Fase 5 – Monitoramento e Avaliação das ações: Essa fase constitui a última seção do PPE-IFSC e descreve as medidas voltadas ao acompanhamento da execução e análise dos resultados alcançados. O monitoramento e a avaliação deverão ser realizados com vistas à atualização dos indicadores (evasão, retenção e conclusão), a aferição do grau da execução das ações e a identificação de problemas e dificuldades que demandem a reformulação ou atualização do plano estratégico.

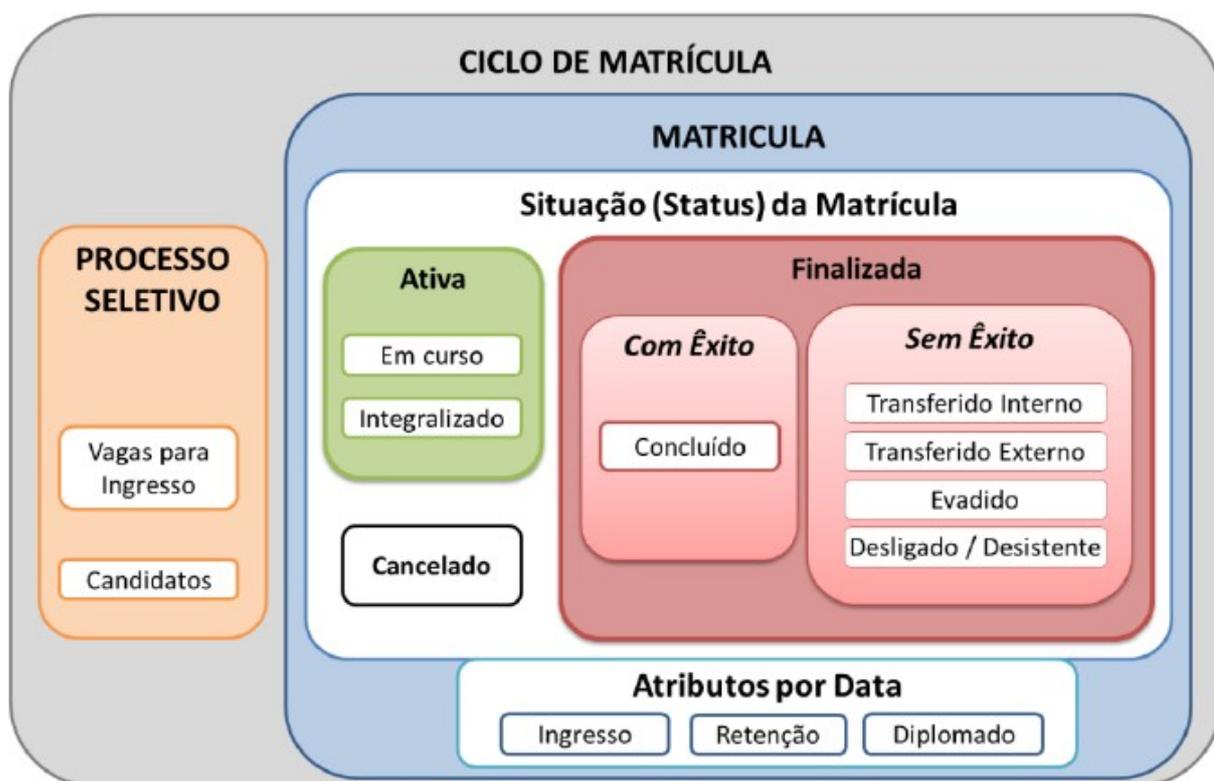
3.2.2 Matrículas SISTEC, Indicadores SETEC e Análise Evasão RFEPT

Conforme descrito no Documento Orientador (BRASIL, 2014), os conceitos de evasão e de retenção adotados servem de base para a construção de indicadores cujo dimensionamento leva em conta alguns parâmetros definidos no SISTEC.

A gestão do SISTEC consiste no cadastramento da unidade de ensino, cursos ofertados, ciclos de matrículas e estudantes, sendo o ciclo de matrícula definido pela data de início e término de cada turma dos cursos ofertados pela instituição, considerando o tempo mínimo de conclusão previsto no projeto pedagógico. Após o cadastramento ocorre a manutenção do ciclo de matrícula, que consiste na atualização da situação de matrícula do grupo de estudantes nele inserido que pode se configurar como: matrícula ativa (em curso ou integralizado) ou matrícula finalizada (concluído, desligado, evadido, transferido interno ou transferido externo).

A figura 8 apresenta esquematicamente a organização do ciclo de matrícula no SISTEC e as possibilidades de situação (status) de matrícula dos estudantes em um ciclo.

Figura 8 – Ciclo de matrícula no SISTEC.



Fonte: BRASIL (2014).

O diagnóstico quantitativo da evasão, retenção e conclusão (Fase 2) que foi encaminhado aos câmpus do IFSC para a realização do diagnóstico qualitativo (Fase 3), foi realizado a partir de planilha recebida da SETEC (com dados do SISTEC).

Em posse dessa planilha com os dados de todos os cursos do IFSC, a Comissão Interna Geral organizou as informações por câmpus a fim de subsidiar a análise da problemática pelas respectivas unidades, prioritariamente sobre os cursos com taxa de evasão ou taxa de retenção superior a 15%, conforme recomendado no Documento Orientador (BRASIL, 2014).

A primeira versão da seção 4 deste Plano, intitulada "Diagnóstico Quantitativo da Evasão e Retenção do IFSC", foi elaborada com base naqueles

dados recebidos da SETEC e levou em conta o conjunto de 9 indicadores que estavam definidos no Anexo 2 da Nota Informativa 138/DPE/DDR/SETEC/MEC.

Nessa primeira versão que faz parte do PPE IFSC que foi encaminhado à SETEC em novembro de 2017, os indicadores foram analisados e apresentados em forma de quadros e gráficos: primeiramente como percentual geral para todo o IFSC e depois com os valores médios por tipo de curso (técnico, graduação e pós-graduação) e as respectivas formas de oferta (integrado, concomitante e subsequente para cursos técnicos; bacharelado, licenciatura e CST para graduação; mestrado e especialização para pós-graduação).

Para ilustrar apresentamos a seguir o quadro 1 que sistematizou os indicadores gerais do IFSC tanto em unidades consolidadas (câmpus com mais de 5 anos) como não consolidadas (menos de 5 anos), referentes a cursos técnicos, graduação e pós-graduação em todos os anos de 2011 a 2016.

Quadro 1 – Indicadores Gerais P&E do IFSC, 2011-2016.

INDICADOR	GERAL IFSC
1. Taxa de Retenção (TRt)	35,93%
2. Taxa de Conclusão (TC)	11,90%
3. Taxa de Evasão (TE)	15,69%
4. Taxa de Reprovação (TRp)	00,13%
5. Taxa de Matrícula Continuada Regular (TMARg)	50,77%
6. Taxa de Matrícula Continuada Retida (TMARt)	22,26%
7. Índice de Efetividade Acadêmica (IEA)	18,52%
8. Taxa de Saída com Êxito (TSE)	29,35%
9. Índice de Permanência e Êxito (IPE)	62,07%

Fonte: Elaborado pelos autores com dados do SISTEC (2016).

Entretanto, apesar do diagnóstico quantitativo sistematizado segundo metodologia e indicadores SETEC ter norteado a primeira versão da seção 4 e, antes disso, ter sido utilizado como subsídio à elaboração dos diagnósticos qualitativos pelos câmpus (Fase 3), não é essa base de dados que adotamos na segunda versão da seção 4 e que é apresentada a seguir para caracterização da situação das matrículas no IFSC, inclusive evasão e retenção em nossa Instituição.

O fato é que em junho de 2017 tivemos acesso à Análise da Evasão na Rede Federal (AERF) disponível no link:

<https://public.tableau.com/profile/ericagallindo#!/vizhome/2017-02-18AnliseEvasoRF/Painel1>

Esse levantamento ampliou a série histórica dos dados sobre evasão e retenção (2009 a 2017) e permitiu caracterizar a situação tanto da rede quanto das suas diferentes unidades e que, no entendimento da Comissão Interna, representa melhor a extensão e gravidade da problemática. Para ilustrar basta comparar a taxa de evasão média do IFSC que, segundo metodologia SETEC, ficou em torno de 16% (Quadro 1), com a taxa média de evasão (ou egresso sem êxito) do citado levantamento que é de aproximadamente 44%. Como se pode ver os números se mostraram muito diferentes (em muito por conta da metodologia de cálculo).

Ainda em relação à desconfiança sobre os dados conforme indicadores SETEC desde o começo se pensou que uma taxa de evasão média de 16% para o IFSC não caracterizaria propriamente um problema e que seria delicado publicizar um plano cujos indicadores não refletem a gravidade do fenômeno. Desconfiança essa reforçada depois com o acesso a AERF.

Caracterizando resumidamente, convém mencionar que o referido levantamento foi desenvolvido pela Profa Érica Gallindo/IFRN, no contexto da Pesquisa Nacional de Egressos na RF (IFF) encomendada pela SETEC em 2017.

A série histórica 2009-2017 foi alimentada com dados extraídos do SISTEC, considerando a situação das matrículas: a) Egresso com êxito (EGCEX); b) Em curso integralizada (ECINT); c) Em curso (EMCUR); d) Em curso retido (ECRET); e) Egresso sem êxito (EGSEX).

O resultado foi publicado na plataforma *Tableau Public* através de 6 painéis de dados: a) Matrículas por nível de ensino; b) Evasão por eixo tecnológico; c) Matrículas por ano de previsão de término; d) Matrículas por instituição; e) Matrículas por curso; f) Matrículas por câmpus.

Dessa forma o levantamento permite extrair dados atuais sobre a situação de matrícula da Rede Federal de Educação Profissional, de todos os Institutos Federais e ainda dos seus diferentes câmpus e cursos.

4 DIAGNÓSTICO DA SITUAÇÃO DAS MATRÍCULAS NO IFSC

A análise dos números gerais do IFSC comparativamente aos da RFEPT se baseia, portanto, na AERF.⁴ O Quadro 2 apresenta os percentuais gerais de situação de matrícula de 2009 a 2017.

Quadro 2 – Média geral da situação das matrículas RFEPT e IFSC (2009-2017).

SITUAÇÃO DE MATRÍCULA	RFEPT	%	IFSC	%
Egresso com êxito (EGCEX)	723.438	31,42	44.278	36,27
Em curso integralizada (ECINT)	37.402	1,62	554	0,45
Em curso (EMCUR)	407.867	17,71	16.862	13,81
Em curso retido (ECRET)	305.522	13,28	7.031	5,76
Egresso sem êxito (EGSEX)	724.915	35,97	53.346	43,71
Total	2.302.276	100,00	122.071	100,00

Fonte: GALLINDO (2018)

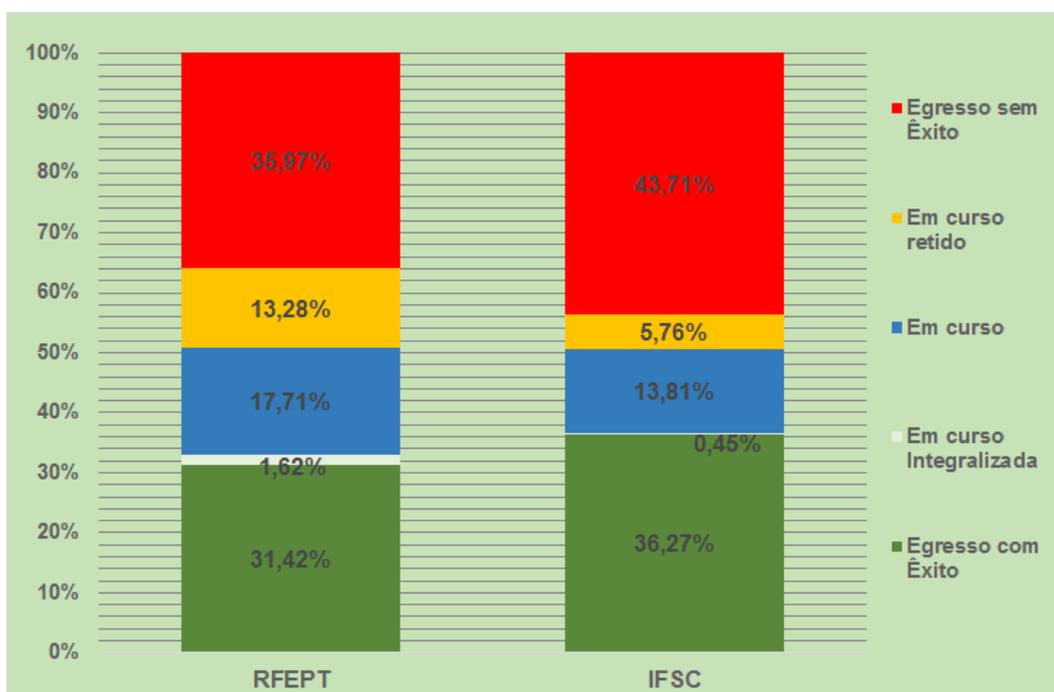


Gráfico 1 - Média geral da situação das matrículas na RFEPT e IFSC (2009-2017).

⁴ Os dados decorrem de coleta efetuada no SISTEC em 30/01/2018.

Fica evidente, portanto, que quando comparada à Rede Federal nossa instituição possui um melhor desempenho em termos de “egresso com êxito” (aproximadamente 36%) e “em curso retido” (aproximadamente 6%), mas um pior resultado quanto a “egresso sem êxito” (ou evasão), que é de aproximadamente 36% na RFEPT contra 44% no IFSC. Este percentual coloca o IFSC entre os dez institutos da Rede Federal com maior taxa de evasão, conforme evidenciado na Figura 9, obtida do Painél 4 da AERF.

Resumindo, a média geral do IFSC em termos de evasão apresenta-se bastante elevada quando comparada à média da RFEPT e, por si só, justifica ações planejadas e sistemáticas visando melhorar a permanência e êxito dos estudantes.

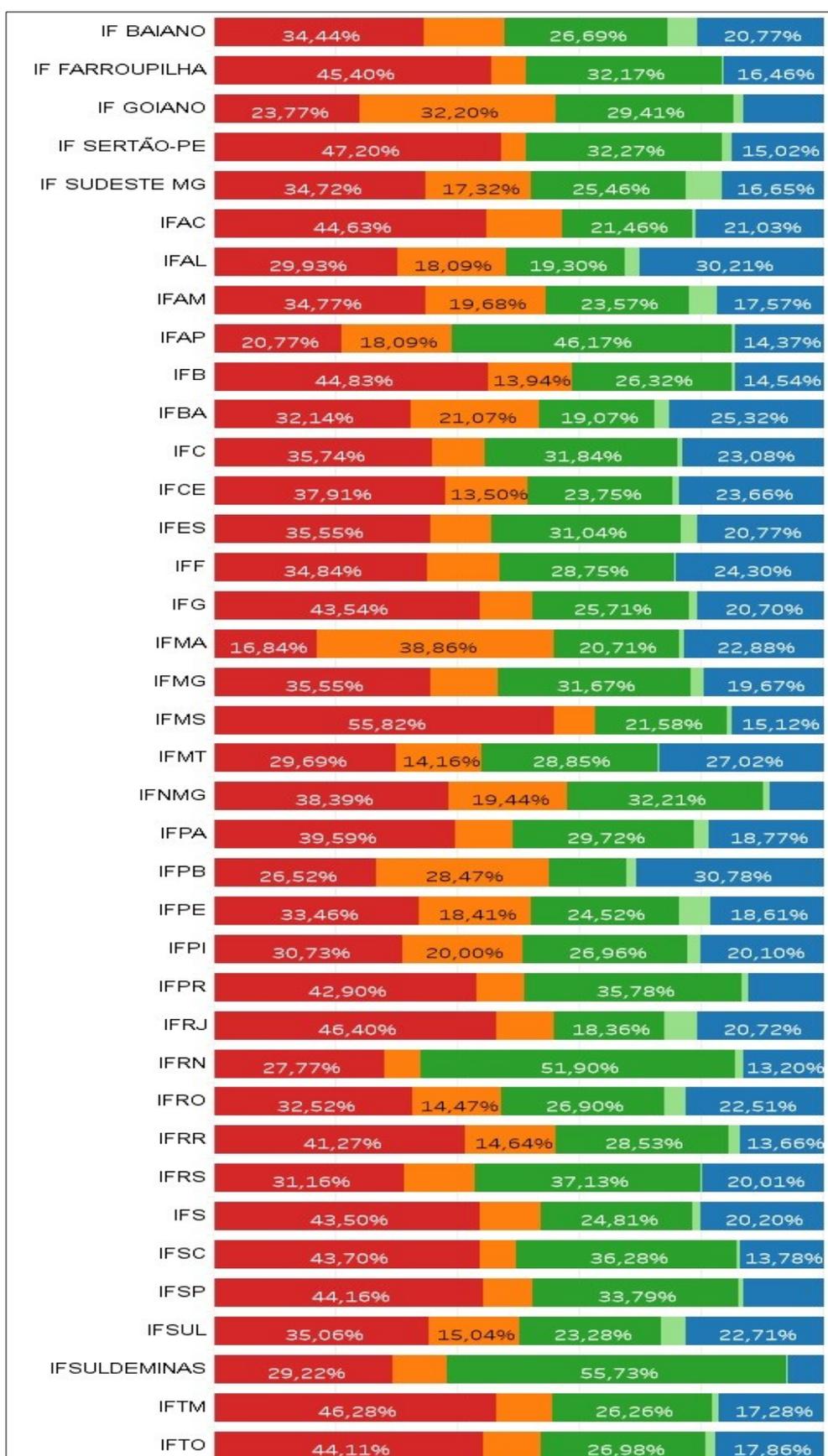


Figura 9 - Média geral da situação das matrículas por IF (2009-2017).

Em relação à modalidade de ensino, se presencial ou a distância, temos o Quadro 3 mostrando o comportamento dos dados tanto na Rede Federal quanto no IFSC. Para o período aqui considerado, os percentuais resultam de um total de matrículas bastante diferenciado entre uma modalidade e outra: enquanto para a RFEPT foram 1.749.108 presenciais e 552.141 a distância, para o IFSC foram 101.675 presenciais e 20.382 a distância.

Quadro 3 – Média geral da situação das matrículas por modalidade de ensino na RFEPT e no IFSC (2009-2017).

SITUAÇÃO DE MATRÍCULA	PRESENCIAL %		EaD %	
	RFEPT	IFSC	RFEPT	IFSC
Egresso com êxito	30,27	36,16	31,42	36,87
Em curso integralizada	1,85	0,52	1,62	0,11
Em curso	21,11	13,87	17,67	13,54
Em curso retido	11,82	6,12	13,32	3,91
Egresso sem êxito	34,95	43,33	35,97	45,57
Total	100	100	100	100

Fonte: GALLINDO (2018)

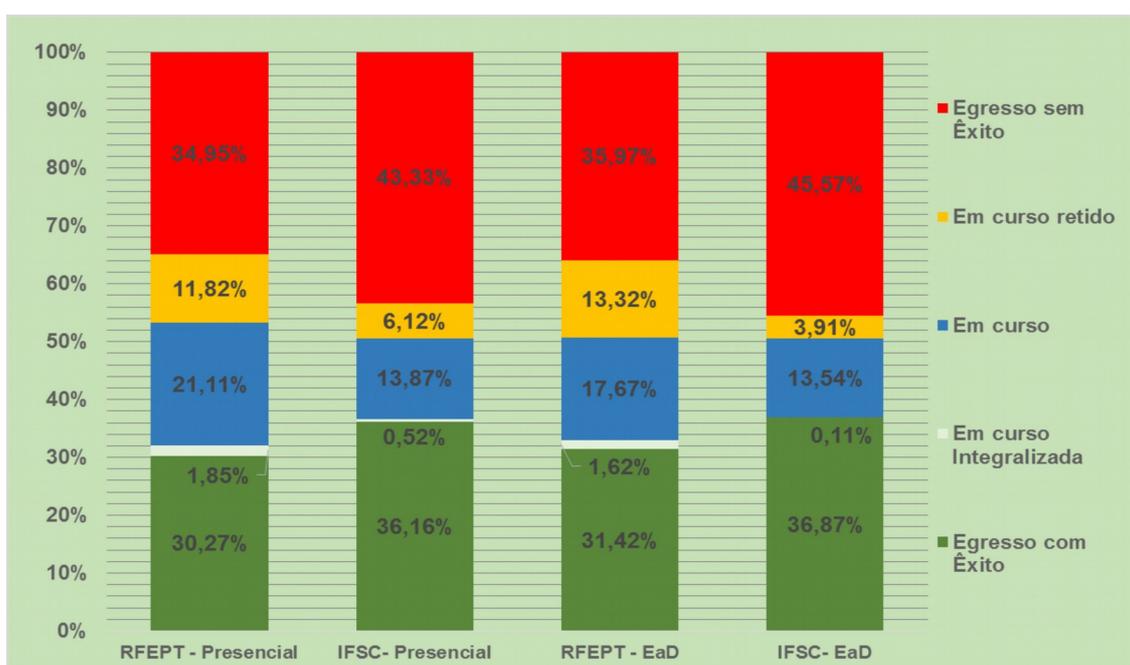


Gráfico 2 – Média geral da situação das matrículas na RFEPT e IFSC (2009-2017) - Modalidade Presencial e Modalidade EaD.

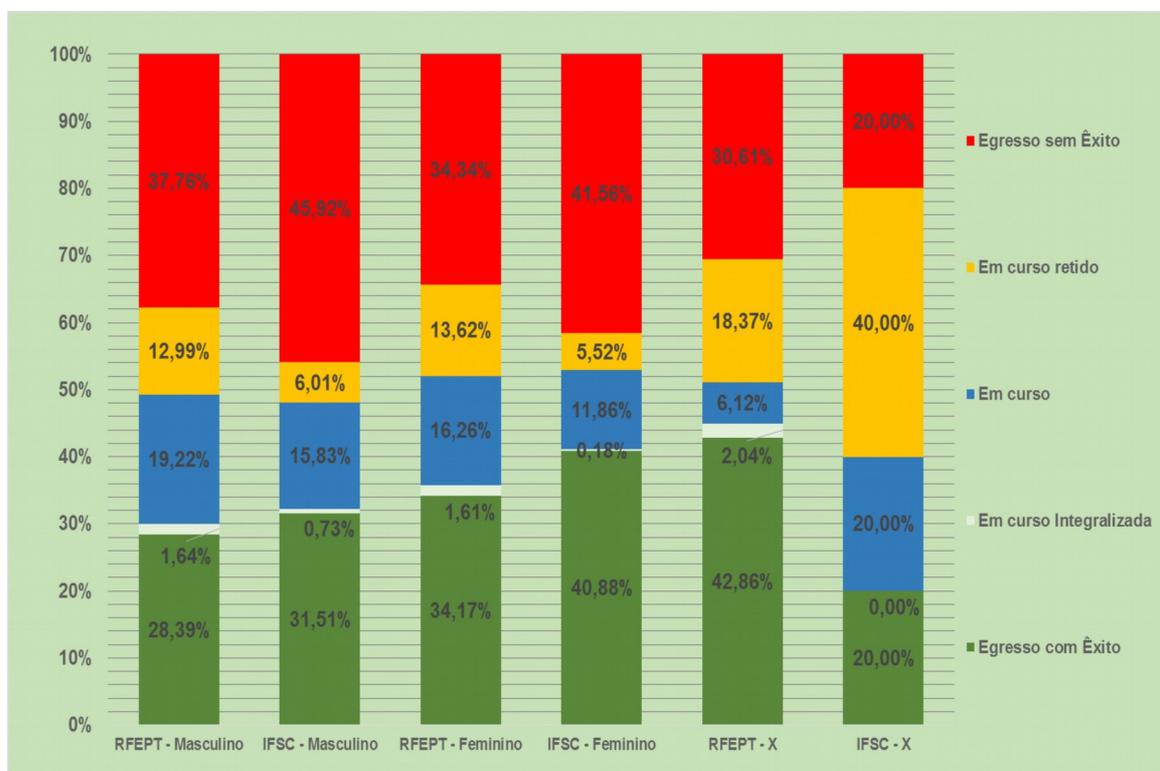
Numa visão geral o que se percebe é uma variação muito pequena das diferentes situações de matrículas entre a modalidade presencial e a distância.

O Quadro 4 apresenta a situação das matrículas por gênero na Rede Federal e no IFSC. A classe “X” reúne aqueles estudantes cujo gênero não se enquadra nem como feminino e nem como masculino.

Quadro 4 – Média geral da situação das matrículas por gênero na RFEPT e no IFSC (2009-2017).

SITUAÇÃO DE MATRÍCULA	FEMININO %		MASCULINO %		X %	
	RFEPT	IFSC	RFEPT	IFSC	RFEPT	IFSC
Egresso com êxito	34,17	40,88	28,39	31,51	42,86	20,00
Em curso integralizada	1,61	0,18	1,64	0,73	2,04	0,00
Em curso	16,26	11,86	19,22	15,83	6,12	20,00
Em curso retido	13,62	5,52	12,99	6,01	18,37	40,00
Egresso sem êxito	34,34	41,56	37,76	45,92	30,61	20,00
Total	100	100	100	100	100	100

Fonte: GALLINDO (2018)



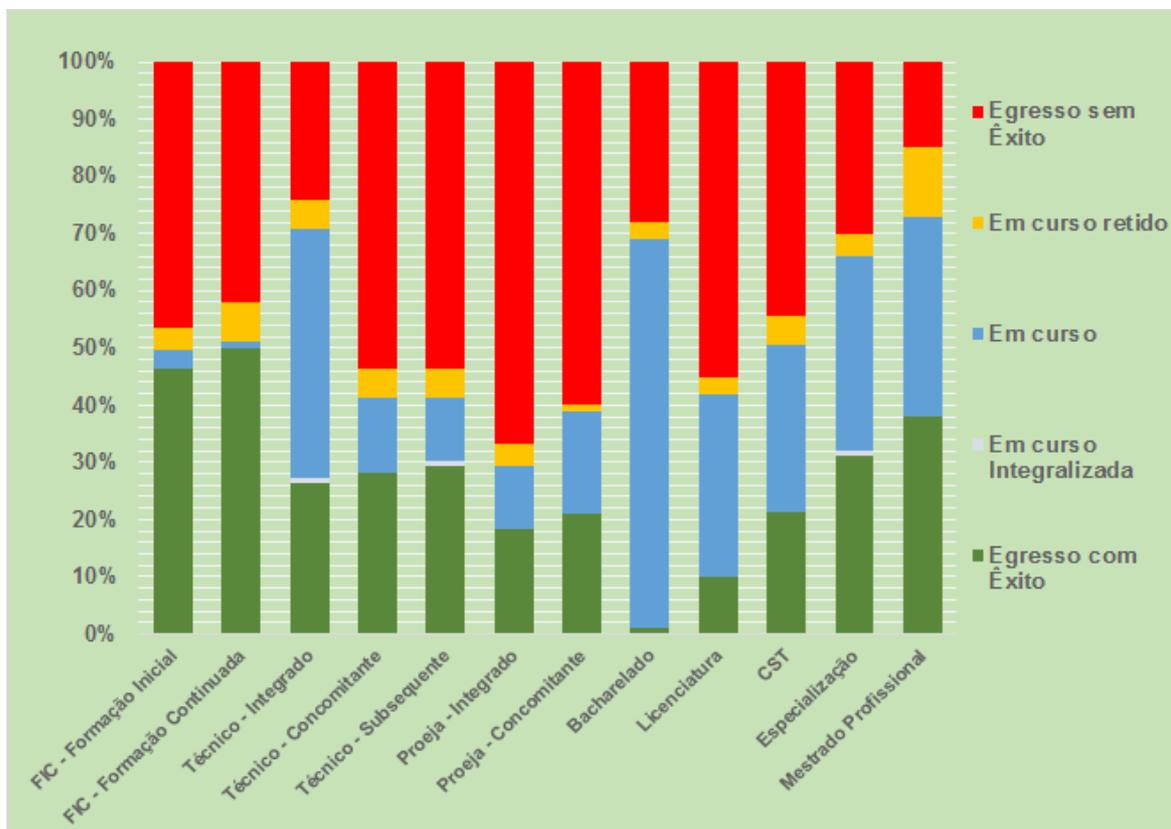
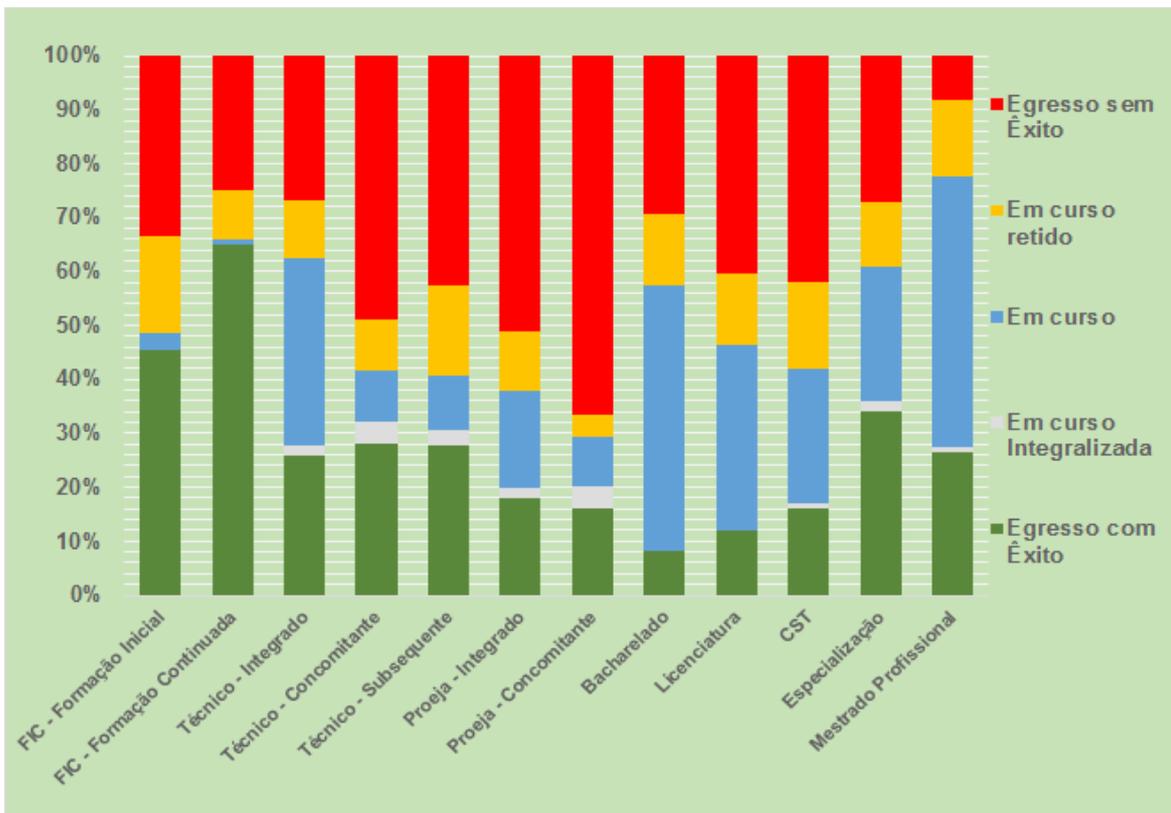
Tanto na Rede Federal quanto no IFSC o que fica evidente é um melhor desempenho do gênero feminino em termos de “egresso com êxito” e um resultado mais preocupante do gênero masculino quanto a “egresso sem êxito”. Preocupa ainda, no caso do IFSC, o elevado percentual de matrículas “em curso retido” da classe X.

O Quadro 5 sistematiza a situação das matrículas por tipo de curso e forma de oferta da Rede Federal e do IFSC.

Quadro 5 – Situação das matrículas por tipo de curso e de oferta da RFEPT e do IFSC (2009-2017).

TIPO DE CURSO	TIPO DE OFERTA	EGCEX %		ECINT %		EMCUR %		ECRET %		EGSEX %	
		RFEPT	IFSC								
FIC	Formação Inicial	45	46	0	0	3	3	18	4	33	46
	Formação Continuada	65	50	0	0	1	1	9	7	25	42
TÉCNICO	Integrado	26	26	2	1	35	43	11	5	27	24
	Concomitante	27	28	4	0	9	13	9	5	47	53
	Subsequente	28	29	3	1	10	11	17	5	43	53
PROEJA	Integrado	18	18	2	0	18	11	11	4	51	66
	Concomitante	16	21	4	0	9	18	4	1	66	60
BACHARELADO		8	1	0	0	49	68	13	3	29	28
LICENCIATURA		12	10	0	0	34	32	13	3	40	55
CST		16	21	1	0	25	29	16	5	42	44
ESPECIALIZAÇÃO		34	31	2	1	25	34	12	4	27	30
MESTRADO PROFISSIONAL		26	38	1	0	49	35	14	12	8	15
TOTAL GERAL (arredondado)		31	36	2	1	18	14	13	6	36	44

Fonte: GALLINDO (2018)



No caso do IFSC, cabe destacar que os tipos de cursos com percentuais médios de “egresso com êxito” mais elevados são: FIC (46% em formação inicial e 50% em formação continuada) e pós-graduação (mestrado profissional 38% e especialização 31%), seguidos dos técnicos (de 26 a 29%, dependendo da forma de oferta), CST (21%) e PROEJA (18 a 21%). A reduzida taxa de “egresso com êxito” dos cursos de bacharelado (1%) e licenciatura (10%) se deve ao fato dos primeiros ciclos de matrícula estarem sendo concluídos a partir de 2016, dado o caráter recente do início dessa oferta na instituição.

Analisando os percentuais médios de matrícula “em curso retido” da oferta educativa do IFSC, evidencia-se que são menores do que aqueles verificados na RFEPT, sendo os cursos de mestrado profissional aqueles que apresentam a maior taxa de retenção em nossa instituição (12%).

Já dentre os cursos do IFSC com maior taxa de “egresso sem êxito” sobressaem-se o PROEJA (66% no integrado e 60% no concomitante) e licenciatura (55%), seguido dos técnicos na forma de oferta concomitante e subsequente (ambas com 53%), CST (44%), FIC (46% formação inicial e 42% continuada), especialização (30%) e bacharelado (28%).

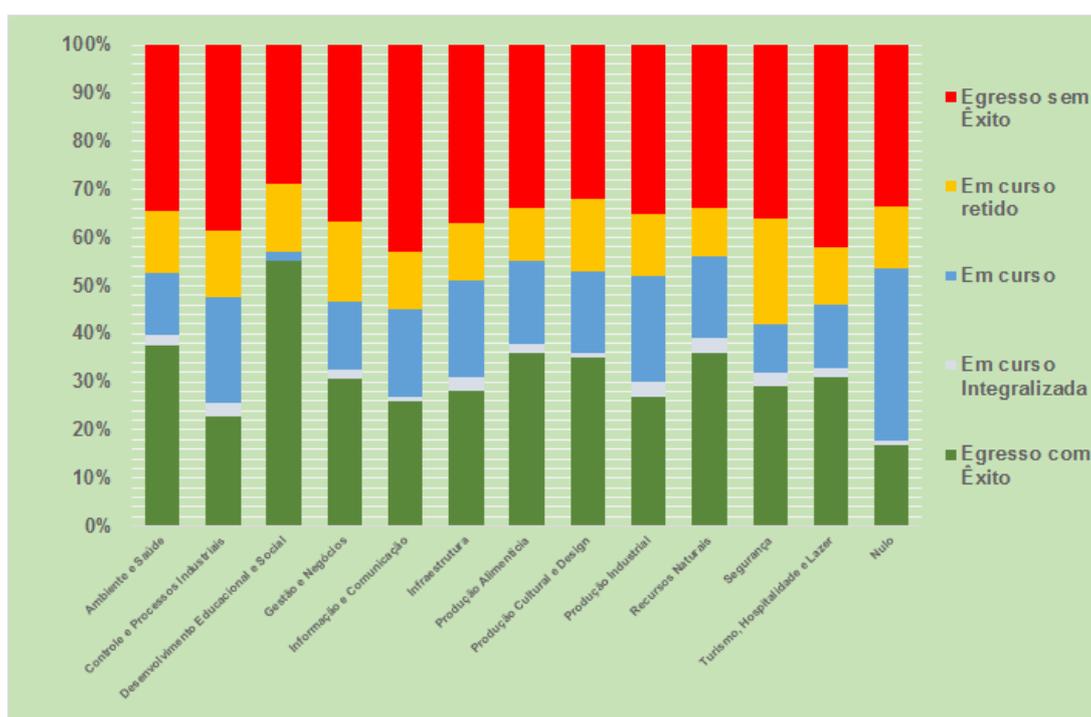
O Quadro 6 apresenta os percentuais médios de situação das matrículas por eixo tecnológico tanto na Rede Federal quanto no IFSC.⁵

⁵ Eixo Tecnológico é a forma, definida pelo MEC, de agrupamento de cursos técnicos de acordo com suas características científicas e tecnológicas. A última versão do Catálogo Nacional de Cursos Técnicos, publicada em 2016, apresenta 13 eixos tecnológicos que reúnem 227 cursos técnicos de nível médio.

Quadro 6 – Situação das matrículas por Eixo Tecnológico da RFEPT e do IFSC (2009 a 2017).

EIXO TECNOLÓGICO	EGCEX %		ECINT %		EMCUR %		ECRET %		EGSEX %	
	RFEPT	IFSC								
Nulo	17	19	1	1	36	41	13	4	34	36
Ambiente e Saúde	38	44	2	0	13	13	13	8	35	35
Controle e Processos Industriais	23	26	3	2	22	17	14	5	39	50
Desenvolvimento Educacional Social	55	46	0	0	2	3	14	8	29	44
Gestão e Negócios	31	44	2	0	14	9	17	6	37	42
Informação e Comunicação	26	34	1	1	18	11	12	7	43	47
Infraestrutura	28	42	3	0	20	16	12	9	37	32
Produção Alimentícia	36	52	2	0	17	13	11	1	34	34
Produção Cultural e Design	35	35	1	0	17	14	15	5	32	46
Produção Industrial	27	39	3	0	22	13	13	4	35	45
Recursos Naturais	36	44	3	0	17	9	10	8	34	39
Segurança	29	37	3	5	10	6	22	10	36	43
Turismo Hospitalidade e Lazer	31	41	2	0	13	2	12	5	42	52

Fonte: GALLINDO (2018)



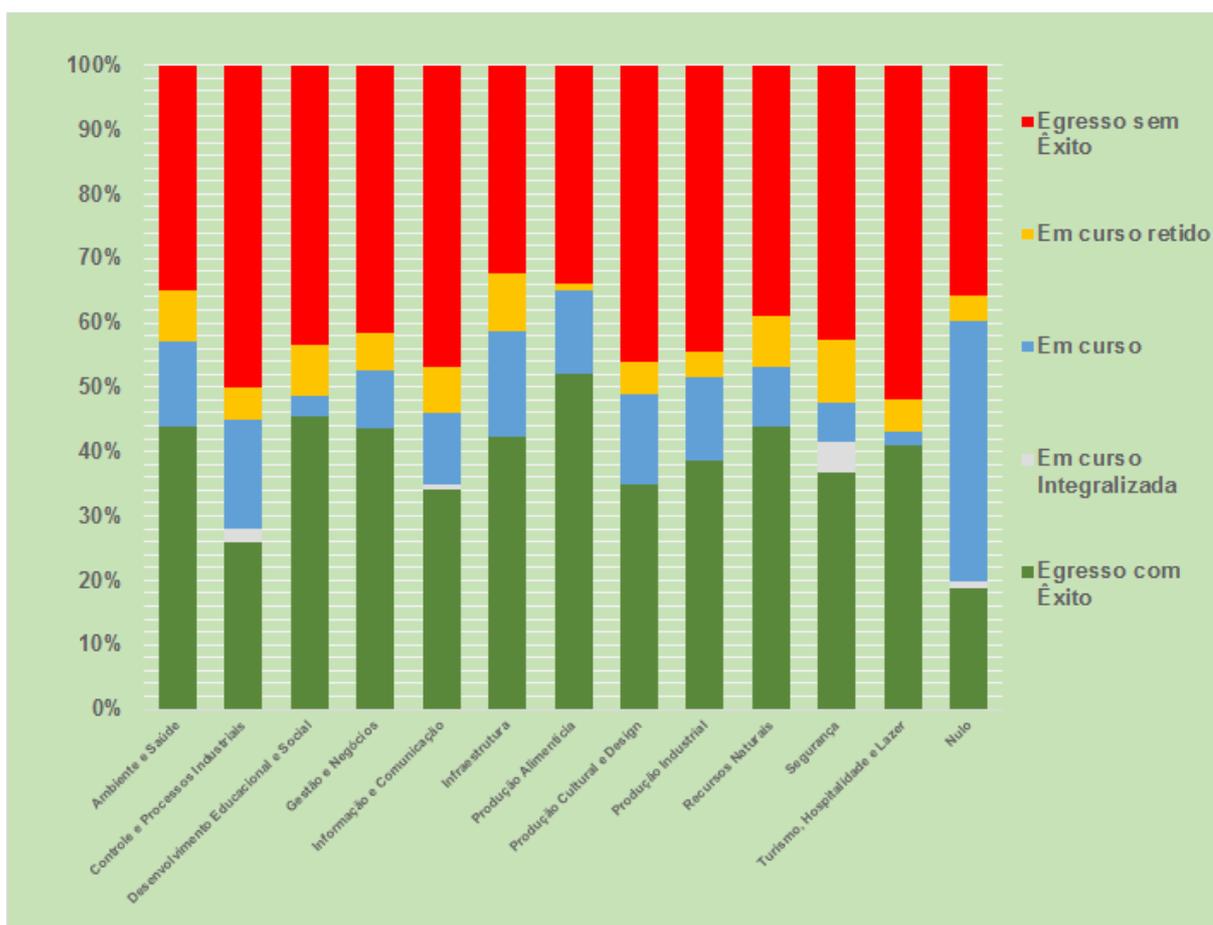


Gráfico 7 – Média geral da situação das matrículas por Eixo Tecnológico no IFSC (2009-2017).

As taxas de “egresso com êxito” por eixo tecnológico do IFSC são, na quase totalidade, maiores que aquelas registradas na Rede Federal, Por sua vez, todos os percentuais de “em curso retido” do IFSC são menores que aqueles apresentados pelos diferentes eixos tecnológicos na RFEPT.

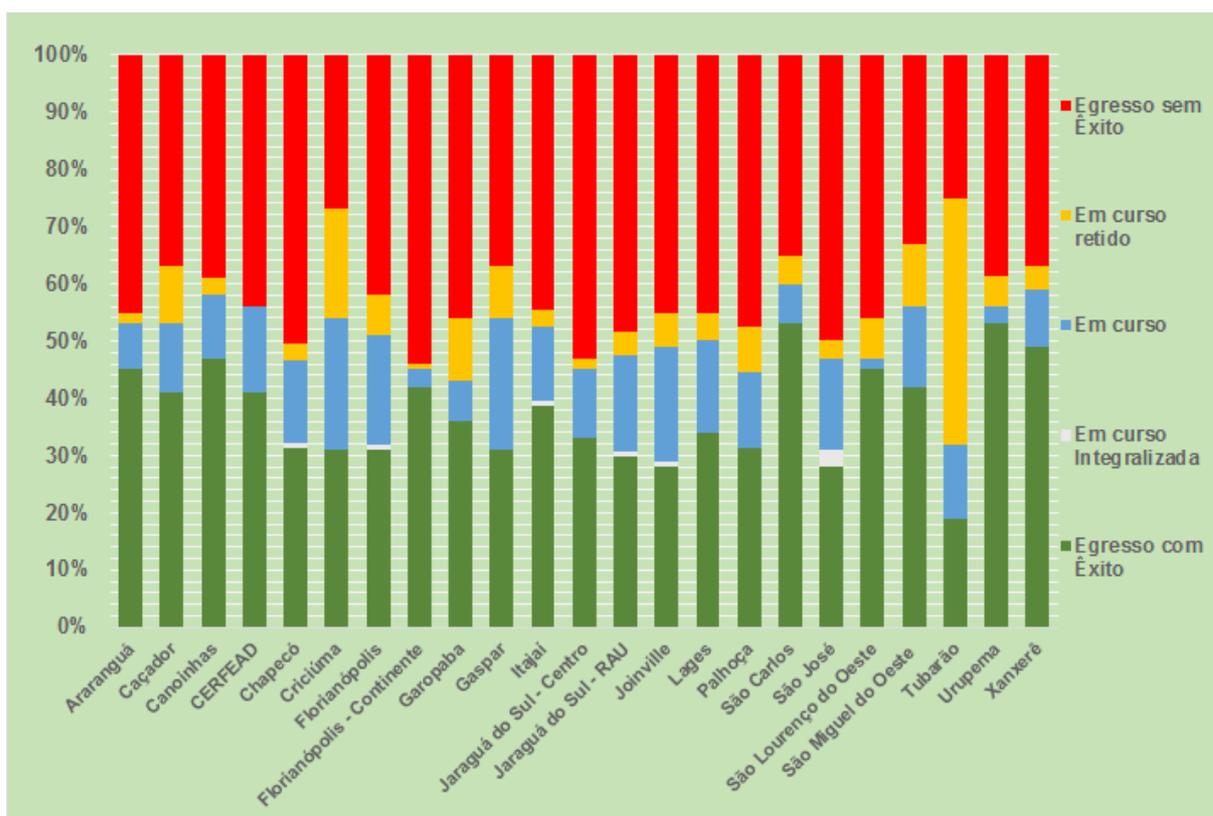
Ao mesmo tempo que isso evidencia um melhor resultado de nossa Instituição, preocupa o fato de que a maioria dos eixos tecnológicos no IFSC apresenta taxas de “saída sem êxito” maior do que aquelas registradas na Rede Federal, sobressaindo-se os eixos Turismo, Hospitalidade e Lazer (52%), Controle e Processos Industriais (50%), com taxa de evasão acima de 50% e os eixos Informação e Comunicação (47%), Produção Cultural e Design (46%) e Produção Industrial (45%), Desenvolvimento Educacional e Social (44%), Segurança (43%) e Gestão e Negócios (42%), todos com taxa de evasão acima de 40%.

O Quadro 7 lista as 23 unidades do IFSC em ordem alfabética e relaciona o total de matrículas acumuladas entre 2009 e 2017, seguido da situação das mesmas em cada câmpus.

Quadro 7 – Total de matrículas e situação das matrículas por câmpus do IFSC (2009-2017)

CÂMPUS	MATRÍCULAS	EGCEX %	ECINT %	EMCUR %	ECRET %	EGSEX %
Araranguá	7.795	45	0	8	2	45
Caçador	4.238	41	0	12	10	37
Canoinhas	4.095	47	0	11	3	39
CERFEAD	9.401	41	0	15	1	44
Chapecó	4.994	31	1	14	4	50
Criciúma	4.552	31	0	23	19	27
Florianópolis	22.727	31	1	19	7	42
Florianópolis-Continente	11.488	42	0	3	1	54
Garopaba	3.649	36	0	7	11	46
Gaspar	5.284	31	0	23	9	37
Itajaí	4.307	39	1	13	3	45
Jaraguá do Sul	4.253	33	0	12	2	53
Jaraguá do Sul Rau	4.140	30	1	17	4	49
Joinville	5.141	28	1	20	6	45
Lages	5.163	34	0	16	5	45
Palhoça-Bilíngue	3.716	31	0	13	8	47
São Carlos	2.079	53	0	7	5	35
São José	5.018	28	3	16	3	50
São Lourenço do Oeste	728	45	0	2	7	46
São Miguel do Oeste	3.086	42	0	14	11	33
Tubarão	1.432	19	0	13	43	25
Urupema	1.673	52	0	3	6	38
Xanxerê	3.081	49	0	10	4	37

Fonte: GALLINDO (2018)



Em relação aos percentuais de “egresso com êxito” se sobressaem os câmpus São Carlos (53%), Urupema (52%), Xanxerê (49%), Canoinhas (47%), Araranguá e São Lourenço do Oeste (ambos com 45%).

Já dentre os câmpus com maiores taxas de “egresso sem êxito” temos Florianópolis-Continente (54%), Jaraguá do Sul (53%), São José e Chapecó (ambos com 50%), Jaraguá do Sul Rau (49%), Palhoça (47%), Garopaba e São Lourenço do Oeste (ambos com 46%), Araranguá, Lages, Joinville e Itajaí (todos com 45%).

5 CAUSAS DA EVASÃO E RETENÇÃO DOS ESTUDANTES

Essa seção apresenta as causas que, no entendimento da comunidade acadêmica do IFSC, explicam a evasão e a retenção dos estudantes nos cursos técnicos e de graduação. Os fatores, portanto, estão enunciados no Quadro 8 e categorizados em três dimensões: externa à instituição, individual do estudante e interna à instituição. Além de diferenciados em dois tipos: geral e específico.

Para os cursos Técnicos, o levantamento efetuado pelos câmpus no diagnóstico qualitativo permitiu a distinção dos fatores por tipo de oferta, isto é, integrado (int), concomitante (com) e subsequente (sub); o que não foi possível para os cursos de graduação. Nesses casos, dada a dificuldade de apresentar essa diferenciação dos fatores por tipo de curso (Bacharelado, Licenciatura e CST), apresenta-se a categorização em termos gerais apenas (GRAD).

Dentro das dimensões, os fatores gerais são enunciados em ordem decrescente, do maior para o menor número de fatores específicos levantados pelos câmpus (Quadro 8).

Apesar de o levantamento associar cada fator específico a uma única dimensão, convém considerar que isso impõe algumas limitações ao enquadramento e significado de certas causas da evasão/retenção, especialmente àquelas associadas à dimensão "Individual do Estudante". Causas como "desconhecimento do perfil do curso", "falta de motivação ou desinteresse pelo curso" e "falta de conhecimento sobre a área do curso escolhido", por exemplo, bem poderiam ser associadas à dimensão "Interno à Instituição", no sentido de acusar a falta de estratégias ou ações que busquem orientar e motivar o estudante sobre o curso (organização curricular, perfil profissional, área de atuação do egresso, etc.).

Importante destacar ainda que o maior número de fatores gerais e específicos, extraídos do diagnóstico qualitativo feito pelos câmpus, se refere à dimensão "Interno à Instituição" desvelando, portanto, o grande leque de necessidades de intervenção que precisa ser identificado e implementado pelo IFSC (Seção 6) no combate à evasão e retenção dos estudantes.

Quadro 8 – Fatores que explicam a evasão e a retenção dos estudantes nos diferentes tipos de cursos

DIMENSÃO	FATOR GERAL	FATOR ESPECÍFICO	CURSO TÉCNICO			GRAD
			int	con	sub	
Externo à Instituição	Conjuntura social, econômica e política	Redução do investimento na rede federal e perda de orçamento	x	x	x	x
		Aumento da vulnerabilidade socioeconômica do estudante	x	x	x	x
		Distância residência-câmpus e dificuldades de transporte para o deslocamento	x	x	x	x
		Fragilidade das políticas para a educação profissional e tecnológica		x	x	x
		Redução e/ou oscilação da oferta de vagas de estágio/trabalho em função da crise econômica		x	x	
		Desvalorização cultural da escolarização/profissionalização	x	x		
		Alteração do calendário acadêmico por motivos econômicos e políticos (greve principalmente)	x			
		Falta ou custo elevado da moradia				x
		Certificação do ensino médio pelo ENEM	x			
	Valorização da profissão	Desvalorização social da profissão	x	x	x	x
		Falta de perspectiva profissional em relação à empregabilidade	x	x	x	x
		Baixa remuneração do profissional formado	x		x	x
		Dificuldade e/ou impossibilidade de registro nos conselhos profissionais	x		x	x
		Falta de reconhecimento dos cursos superiores de tecnologia				x

Externo à Instituição	Antecedência escolar	Dificuldades no uso de novas tecnologias	x	x	x	x
		Deficit na formação pregressa do estudante	x	x	x	x
		Baixa qualidade do ensino fundamental público	x		x	x
Individual do estudante	Adaptação à vida acadêmica	Dificuldade de adaptação à rotina escolar	x	x	x	x
		Dificuldade de adaptação do estudante à metodologia do curso	x	x	x	x
		Falta de assiduidade e/ou pontualidade	x	x	x	x
		Indisponibilidade de tempo para estudar fora do horário de aula e/ou participar de atividades de monitoria/nivelamento	x	x	x	x
		Dificuldades de relacionamento com outros estudantes	x	x	x	x
		Problemas pessoais	x	x	x	x
		Medo de reprovação ou de repetir o período	x	x		x
		Desconhecimento do perfil do curso		x	x	x
		Dificuldade em conciliar o curso no IFSC com outros cursos	x	x	x	
		Problemas de relacionamento com docentes		x	x	
		Problemas disciplinares	x			x
		Dificuldade de conciliar ensino médio e curso técnico		x		
	Pouca participação ou envolvimento em atividades acadêmicas			x		
	Motivação em relação ao curso	Falta de identificação ou desinteresse pelo curso	x	x	x	x
		Desmotivação para estudar ou concluir a formação	x	x	x	x
Mudança de interesse pessoal ou profissional			x	x	x	

Individual do estudante		Desistência do curso técnico para ingressar em curso superior	x	x	x	
		Falta de maturidade para escolha da profissão		x	x	x
		Ingresso em outro curso	x			x
		Busca por outras escolas consideradas de fácil aprovação	x			
	Habilidade de estudo	Dificuldades de aprendizagem	x	x	x	x
		Falta de hábito ou disciplina de estudo	x	x	x	x
		Muito tempo afastado do sistema formal de ensino		x	x	x
		Falta de conhecimento sobre a área do curso escolhido	x	x		x
		Queda no rendimento quando da realização do estágio	x		x	
	Situação familiar Situação familiar	Problemas familiares	x	x	x	x
		Problema de saúde pessoal ou na família	x	x	x	x
		Precisa trabalhar para se sustentar ou sustentar a família	x	x	x	x
		Necessidade de cuidar do(s) filho(s) no horário do curso		x	x	x
		Falta de apoio da família		x	x	x
	Relação estudo-trabalho	Local de trabalho que não flexibiliza a carga horária do trabalhador estudante	x	x	x	x
		Dificuldade de conciliar estudo e trabalho	x	x	x	x
		Dificuldades para realizar atividades extraclasse em função do trabalho		x	x	x
		Mudança de trabalho ou de turno laboral			x	
	Personalidade	Baixa autoestima	x	x	x	x
		Falta de aptidão para o curso escolhido	x		x	x
		Falta de maturidade para encarar o curso	x			x

Interno à Instituição	Aspectos didático- pedagógicos	Inadequação do projeto pedagógico do curso	x	x	x	x
		Inadequação da metodologia de ensino ao perfil dos estudantes	x	x	x	x
		Exigência de pré-requisitos para cursar unidades curriculares	x	x	x	x
		Falta de atividades de recuperação paralela	x	x	x	x
		Falta de integração entre os componentes curriculares	x	x	x	
		Falta de atualização e de flexibilidade curricular		x	x	x
		Mudanças curriculares ao longo da oferta do curso	x		x	x
		Deficiência na formação pedagógica dos docentes	x	x		x
		Falta de didática dos docentes	x	x	x	
		Problemas na metodologia de avaliação	x	x	x	
		Falta de visitas técnicas e aulas práticas		x	x	x
		Desrespeito à inclusão social e à diversidade		x	x	x
		Excesso de carga horária de aula semanal	x		x	
		Baixa aplicação de novas metodologias de ensino	x	x		
		Descontextualização ou desatualização dos cursos com a realidade local/regional		x		x
		Dificuldades na relação docente-estudante		x		x
		Aulas excessivamente teóricas		x		
		Linguagem inadequada à realidade do estudante		x		
		Excesso de cobrança de conteúdos e avaliações ao longo do período letivo	x			
		Dificuldade de realizar pendências no contraturno	x			

Interno à Instituição	Gestão acadêmica do curso	Turnos e horários de oferta incompatíveis com a demanda	x	x	x	x		
		Alterações no horário de aula por motivos diversos	x	x	x	x		
		Falta de servidores para o suporte ao trabalho docente		x	x	x		
		Dificuldade de realização de aulas práticas no período noturno		x	x	x		
		Rotatividade de docentes em algumas disciplinas	x		x	x		
		Dificuldades para realizar convênios, cooperações e projetos com outras instituições de ensino		x	x			
		Falta de diagnóstico do perfil do estudante ingressante		x	x			
		Falta de projetos/ações que aproximem escola, família e comunidade		x	x			
		Escassez de atividades complementares (feiras, mostras, etc)	x		x			
		Falta de acolhimento dos alunos que ingressam nas últimas chamadas de matrícula		x				
		Falta de informação e orientação sobre processos acadêmicos (validação, cancelamento, trancamento, etc)				x		
		Horários das aulas diferentes daqueles praticados na região			x			
		Interno à Instituição	Programas institucionais para o estudante	Insuficiência de recursos para os programas de assistência estudantil	x	x	x	x
				Redução dos valores do auxílio financeiro (PAEVS)	x		x	x
Falta de alimentação escolar	x				x	x		
Falta de acompanhamento e apoio pedagógico				x	x			
Redução dos programas de fomento à pesquisa						x		
Demora no recebimento inicial do auxílio financeiro (PAEVS)						x		

	Infraestrutura	Falta de equipamentos/insumos nos laboratórios	x	x	x	x
		Falta de docentes em algumas áreas por demora no processo de contratação	x	x	x	x
		Falta de reformas na infraestrutura física	x		x	x
		Dificuldade de acesso devido a localização do câmpus	x		x	x
		Falta de infraestrutura para atender às necessidades da permanência do estudante de período integral	x			x
	Divulgação e ingresso	Chamadas de matrícula avançando no semestre letivo	x	x	x	x
		Processo seletivo não contempla as especificidades em termos de curso e público			x	x
		Divulgação dos cursos precisa ser mais qualificada		x	x	
		Processo de inscrição excessivamente complexo		x		

Fonte: elaborado pelos autores (2017)

6 MEDIDAS PARA PERMANÊNCIA E ÊXITO DOS ESTUDANTES

Essa seção apresenta as medidas de intervenção sistematizadas a partir do diagnóstico qualitativo feito pelos câmpus (fase 3 da elaboração) e que, no entendimento da comunidade acadêmica, deveriam ser adotadas no combate a evasão e a retenção dos estudantes. Dado o caráter aberto e subjetivo da metodologia aplicada nos instrumentos de coleta utilizados pelos câmpus e as dificuldades encontradas nos relatórios recebidos, no sentido de distinguir as ações de intervenção por tipo de curso e também por tipo de oferta, as ações propostas são aqui apresentadas de modo geral para todos os cursos.

Levando em conta as orientações da SETEC e visando alinhar as medidas de intervenção ao PDI/IFSC 2015-2019, organizamos o Quadro 9, que relaciona os objetivos e iniciativas estratégicas presentes no Capítulo III do PDI com as ações propostas pelos câmpus para o combate à evasão e retenção escolar.⁶ Evidencia-se assim o forte alinhamento entre esses três elementos, ou seja, que o PDI vigente já contempla através de seus objetivos e iniciativas estratégicos grande parte das medidas que precisam ser empreendidas.

Ainda em relação ao quadro, cabe observar que as células em azul indicam iniciativas estratégicas que não existem no PDI e que estão sendo propostas para estabelecer uma correlação mais direta com as ações dos câmpus. Em algumas iniciativas estratégicas está se propondo inserções de um ou outro termo no texto (texto em vermelho), com o intuito de ampliar o escopo da iniciativa e abarcar uma ou mais ações propostas pelos câmpus. Entende-se, portanto, que as iniciativas estratégicas novas e os ajustes no texto de iniciativas já existentes deverão ser incorporados numa revisão do atual PDI ou na elaboração do PDI 2020-2024.

Convém destacar que as medidas enunciadas a seguir não esgotam as possibilidades de intervenção na problemática da evasão e retenção e, nesse sentido, o Quadro 9 entendido enquanto um quadro de referência às ações que serão planejadas e executadas pelos câmpus, no contexto dos planos locais de permanência e êxito que serão desenvolvidos (ver Seção 7).

⁶ Os referidos objetivos e iniciativas estão enunciados conforme dispostos no Mapa Estratégico a partir das três perspectivas do PDI: 1) Alunos e Sociedades (identificados pela letra "A"); 2) Processos (letra "P"); e Pessoas e Conhecimento (letra "C").

Quadro 9 – Proposições de medidas de combate a evasão e retenção dos estudantes (câmpus) em relação aos objetivos e iniciativas estratégicas do PDI.

OBJETIVO ESTRATÉGICO (PDI)	INICIATIVA ESTRATEGICA (PDI)	MEDIDA PROPOSTA (CÂMPUS)
P1 – Estruturar a oferta de cursos com base na estratégia	P0101 – Aprimorar metodologias de elaboração de projetos (PPC, pesquisa, extensão, inovação).	Elaboração de projetos de curso que levem em conta o trabalho, a pesquisa e a extensão como princípios educativos, visando a formação de profissionais criativos e preparados para atuar em situações diversas, além daquelas referentes ao contexto profissional específico da área do curso. Fomentar projetos de curso utilizando estratégias que reduzam o tempo-escola como por exemplo a “pedagogia da alternância” e o “tempo social”, especialmente para o público PROEJA.
	P0102 – Prospectar ofertas inovadoras	Análise da realidade local/regional identificando mudanças na dinâmica do mundo do trabalho que orientem a adequação dos currículos e das ofertas educativas, incluindo pesquisas de demanda.
	P0106 – Estabelecer diretrizes para elaboração de PPCs fundamentados na indissociabilidade entre EPE, na flexibilidade curricular, no ajuste dos perfis demandados para os egressos e no perfil socioeconômico dos potenciais alunos.	Adotar estratégias de otimização dos estudos por meio de certificações intermediárias e reconhecimentos de saberes e competências.
	P0107 – Harmonizar PPCs considerando a identidade institucional.	Revisar e atualizar os projetos pedagógicos dos cursos tornando-os mais alinhados às expectativas e demandas dos estudantes e dos arranjos produtivos locais, otimizando os conteúdos programáticos e fortalecendo as atividades práticas.
	P0109 – Ampliar o acesso à EPCT por meio do Ensino a Distância.	Utilizar ambiente virtual de aprendizagem para dinamizar, ampliar e diversificar o contato aluno-professor e para a disponibilização de materiais e de atividades diversas das unidades curriculares.

P1 – Estruturar a oferta de cursos com base na estratégia	P0109 – Ampliar o acesso à EPCT por meio do Ensino a Distância.	Ampliar a oferta de cursos na modalidade EaD e implementar os 20% de carga horária EaD nos cursos presenciais visando maior flexibilidade curricular e otimização da duração do curso.
	P0111 – Fortalecer os Grupos de Pesquisa.	Fomentar a participação discente em grupos de pesquisa.
	P0113 – Inserir atividades de extensão em toda oferta educativa.	Promover atividades de extensão com a participação da comunidade.
	* – Adotar estratégias de integração disciplinar no planejamento e desenvolvimento do curso.	Fortalecer os projetos integradores e oficinas de integração.
P2 – Aprimorar o processo de ingresso	P0201 – Reestruturar o ingresso em uma perspectiva inclusiva.	Implementar estratégias de ingresso que otimizem a ocupação de vagas pelos públicos estratégicos.
	P0202 – Promover formas de ingresso que atendam às demandas dos trabalhadores.	Adequar o processo de ingresso às especificidades do público PROEJA.
	P0203 – Conceber estrutura organizacional de ingresso nos câmpus.	Criar comissão permanente de ingresso nos câmpus.
	* - Aprimorar o processo de acolhimento aos ingressantes.	Implementar ou qualificar os eventos de recepção, acolhimento, integração e orientação ao estudante ingressante, incluindo a entrega do manual do aluno, apresentação do curso e do contexto profissional.
P3 – Aprimorar os processos que conduzem à permanência e ao êxito	P0301 – Promover o acompanhamento pedagógico sistemático do processo de ensino-aprendizagem.	Adequar os horários de atendimento extraclasse ou paralelo à necessidade e disponibilidade dos alunos.
		Conversar com pais/responsáveis em casos de faltas/atrasos frequentes e encaminhamento ao Conselho Tutelar nos casos previstos no Estatuto da Criança e do Adolescente.
		Desenvolver ações que ajudem o estudante a identificar o valor e a utilidade do conhecimento, dos estudos em sua vida por meio de atividades relacionadas ao seu cotidiano.

P3 – Aprimorar os processos que conduzem à permanência e ao êxito	P0301 – Promover o acompanhamento pedagógico sistemático do processo de ensino-aprendizagem.	Desenvolver ações contínuas que auxiliem na aprendizagem, especialmente nas disciplinas com maior taxa de reprovação, tais como: monitoria, grupos de estudo, reforço e recuperação paralela.
		Elaborar um programa de incentivo ao hábito de estudo que o aluno utilize estratégias e técnicas mais eficientes.
		Garantir o funcionamento dos setores de atendimento aos estudantes nos três turnos de aula.
		Garantir, nos planos de ensino, a inclusão de atividades de revisão dos conteúdos básicos ao longo do desenvolvimento da unidade curricular.
		Realizar levantamento dos conhecimentos prévios e das dificuldades do estudante ingressante com vistas a identificar a necessidade de intervenção pedagógica.
	P0301 – Promover o acompanhamento pedagógico sistemático do processo de ensino-aprendizagem.	Implementar ou ampliar programas de monitoria em horários adaptados à realidade dos estudantes e às dificuldades de aprendizagem, especialmente através de editais (com e sem remuneração) e incentivando os alunos mais avançados a trabalharem como monitores.
	P0301 – Promover o acompanhamento pedagógico sistemático do processo de ensino-aprendizagem.	Promover espaços de diálogo e de motivação aos estudantes, tanto em aspectos sociais, como psicológicos (identidade e habilidades sociais) e pedagógicos.
		Intensificar o acompanhamento da coordenação de curso e coordenação pedagógica aos alunos com problemas de assiduidade, reprovação e retenção (em risco de evasão).
		Implementar práticas curriculares e pedagógicas que fortaleçam o ambiente escolar como espaço colaborativo, estimulador da aprendizagem e inclusivo.

P3 – Aprimorar os processos que conduzem à permanência e ao êxito		Orientar o estudante nos cursos com regime de matrícula por componente curricular a compor sua matriz curricular conforme sua disponibilidade.
		Realizar intervenções junto aos estudantes utilizando materiais e métodos que favoreçam o interesse nas atividades, como a discussão de textos, letras de músicas, filmes, dinâmicas de grupo e outros.
		Promover o acesso aos processos acadêmicos relacionados ao estudante com problema de saúde: provas de segunda chamada, trancamento de matrícula e atendimento domiciliar.
	P0302 – Promover o acompanhamento pedagógico em situações de dificuldade de desempenho e aprendizagem.	Realizar oficinas de ensino-aprendizagem para os componentes curriculares em que os estudantes apresentam dificuldades.
	P0303 – Promover o acompanhamento docente para adaptação metodológica, vislumbrando facilitar o processo de ensino e aprendizagem.	Ampliar o apoio didático-pedagógico por meio das TIC.
		Fortalecer as atividades práticas no curso, especialmente visitas técnicas, aulas em laboratório e desenvolvimento de projetos integradores.
		Melhorar a organização e distribuição do processo avaliativo, visando reduzir o acúmulo e a sobreposição de avaliações ao longo do período letivo.
		Promover estratégias de aprendizagem que priorizem atividades no horário de aula dos cursos destinados ao público trabalhador e limitar a quantidade de atividades extraclasse.
	P0304 – Promover o apoio psicossocial em casos de dificuldades de aprendizagem, dificuldades emocionais e afetivas.	Promover espaços de reflexão e diálogos sobre os temas próprios da adolescência junto à comunidade escolar.
	P0306 – Desenvolver estudos e ações sobre evasão e permanência.	Estabelecer o contato com estudantes evadidos para identificar e registrar os motivos da evasão.

P3 – Aprimorar os processos que conduzem à permanência e ao êxito	P0307 – Organizar parcerias externas com setores de assistência social, saúde, segurança e transporte, quando houver a necessidade de ações intersetoriais articuladas.	Adequar os horários das aulas à disponibilidade de transporte público e buscar parcerias pra viabilizar o transporte de estudantes residentes em outros municípios ou distritos.
		Articular ações com as redes externas de saúde e assistência social para a correta avaliação, diagnóstico e acompanhamento do estudante.
	P0308 – Fomentar a inserção dos discentes e egressos no mundo do trabalho.	Desenvolver projetos ou oficinas de orientação profissional.
		Estabelecer um cronograma de visitas às empresas e órgãos do município/região que ofertam oportunidades de estágio e trabalho, ampliando o número de convênios.
		Acompanhar as inovações tecnológicas na área profissional em que o curso é ofertado.
		Estreitar relações com empresas e instituições da região para contratação dos egressos no mercado de trabalho.
		Realizar eventos com profissionais e visitas técnicas com o objetivo de aproximar os estudantes da realidade profissional.
		Fomentar a prática do estágio, programas de aprendizagem e de outras possibilidades de inserção socioprofissional do estudante.
	P0309 – Fomentar a formação empreendedora.	Promover projetos de implantação de “empresa júnior” ou cooperativas de trabalho.
	P0311 – Fomentar a formação político-social para a comunidade acadêmica.	Qualificar a participação discente nos conselhos de classe e órgãos colegiados dos cursos e da instituição.
		Qualificar os conselhos de classe como instância reflexiva e avaliativa do curso e dos processos de ensino aprendizagem.
	P0312 – Desenvolver ações voltadas para a promoção de uma alimentação saudável e segura aos discentes.	Viabilizar a oferta de lanches através da cantina nos câmpus.

P3 – Aprimorar os processos que conduzem à permanência e ao êxito	P0313 – Fomentar ações de mobilidade discente.	Promover estratégias que facilitem a mobilidade acadêmica em termos de transferência, retorno e reingresso.
		Facilitar o processo de transferência interna permitindo que os estudantes com incompatibilidade profissional mudem para outro curso para continuidade de estudos.
	P0314 – Fortalecer e qualificar o programa de assistência estudantil.	Adotar ações de controle de faltas e notas dos beneficiários de programas de assistência estudantil e bolsistas de pesquisa e extensão.
		Ampliar o número de auxílios da assistência estudantil e bolsas em programas de pesquisa e extensão.
Aperfeiçoar os critérios de distribuição dos recursos da assistência estudantil a partir dos perfis socioeconômicos.		
		Desenvolver os Programas de Assistência Estudantil previstos na Resolução CEPE 001/2010.
P5 – Acompanhar egressos	P0507 – Promover ações de socialização de egressos.	Convidar egressos para falar sobre a vivência no curso e experiência profissional.
P6 – Qualificar a comunicação com os públicos estratégicos	P0604 – Aprimorar os canais de relacionamento do IFSC.	Divulgar ampla e permanentemente o IFSC, a oferta de cursos e o perfil profissional dos egressos junto à sociedade por meio de vídeos institucionais, mostra virtual, catálogo de cursos, palestras, feiras, etc.
		Aprimorar a divulgação dos editais de assistência estudantil, de extensão e pesquisa junto aos alunos.
		Estimular os pais a seguir e acompanhar a página do câmpus/IFSC e nas redes sociais, possibilitando acesso às informações e materiais disponibilizados nesses meios.
		Garantir uma comunicação efetiva com a comunidade acadêmica a respeito do processo de greve e de retorno às aulas.
		Publicar informativo digital com as principais atividades e eventos executados nos câmpus.

P6 – Qualificar a comunicação com os públicos estratégicos	P0604 – Aprimorar os canais de relacionamento do IFSC.	Intensificar e qualificar a divulgação de informações sobre programas de apoio aos estudantes.
		Manter o Guia de Cursos atualizado, especificando as áreas de atuação do profissional formado.
		Organizar Informativo Pedagógico com conteúdos relativos à prática pedagógica e com sugestões de metodologias de ensino.
	* – Promover estratégias de discussão de assuntos que interessam à comunidade acadêmica e aos públicos estratégicos.	Organizar oficinas de avaliações dos cursos e dos processos de ensino aprendizagem com a participação da comunidade acadêmica.
		Organizar reunião com os pais, repassando orientações sobre como auxiliar/estimular os filhos em seus estudos.
		Promover atividades de conscientização da comunidade escolar quanto às ações afirmativas.
		Publicizar as questões discutidas nas instâncias do NDE e Colegiado de Curso.
	* – Criar mecanismos para divulgação e aproximação do IFSC com os públicos estratégicos externos e internos.	Realizar visitas em escolas, empresas e entidades da região de abrangência do câmpus para divulgar o IFSC e seus cursos.
		Aproximar a instituição do setor produtivo, através da promoção de projetos de pesquisa aplicada e extensão tecnológica.
		Buscar a aproximação da comunidade por meio da oferta de cursos FIC e de extensão e de oficinas de preparação de candidatos aos cursos ofertados pelo câmpus.
P7 – Ampliar e qualificar a intervenção na sociedade civil organizada	P0702 – Promover a criação e formalização de parcerias	Articular junto aos setores responsáveis pelo transporte público medidas de ampliação e melhoria de qualidade no serviço prestado (horário, oferta, mais pontos, itinerário).
		Buscar parcerias para aumentar o número de visitas técnicas e possibilidade de aulas práticas. No contexto de atuação profissional.

P7 – Ampliar e qualificar a intervenção na sociedade civil organizada	P0702 – Promover a criação e formalização de parcerias	Estreitar parcerias com escolas, empresas e entidades através de ambientações profissionais e estágios, fomentando a empregabilidade e o reconhecimento dos cursos.
	P0703 – Fomentar ações que valorizem a participação cidadã e política em diferentes instâncias da sociedade.	Desenvolver eventos ou ações de formação quanto aos temas transversais e legais relacionados à cidadania, história e cultura indígena e dos afrodescendentes no Brasil.
	P0708 – Ampliar as atividades de cooperação científica e tecnológica.	Apoiar a realização de eventos regionais de disseminação dos avanços tecnológicos, econômicos e sociais, como a Olimpíada Brasileira de Robótica e de Matemática.
	P0711 – Transferir conhecimento e tecnologias para a sociedade.	Propor um banco de temas de interesse/relevância institucional para os TCC e promover estratégias de apoio à sua realização.
	P0713 – Fomentar a participação de servidores e estudantes em eventos externos.	Ampliar apoio para capacitação através da participação de servidores em congressos e eventos.
P8 – Atender as pessoas com necessidades específicas	P0802 – Garantir o atendimento educacional especializado e atuação em rede para atender as PNE.	Fortalecer o atendimento ao aluno com deficiência por meio dos núcleos de atendimento dos câmpus e qualificar a atuação dos mesmos por meio da regulamentação, capacitação, estrutura física e aquisição de equipamentos.
		Promover o acesso ao atendimento educacional especializado aos alunos que são público-alvo da educação especial.
P9 – Consolidar a governança institucional e a gestão em rede.	P0904 – Realizar de forma contínua a avaliação, a revisão e a adequação da estrutura organizacional aos processos do Instituto.	Atualizar o plano de oferta de cursos e vagas (POCV) e o quadro de referência de Técnicos Administrativos dos câmpus, visando melhorar a distribuição das vagas.
P10 – Gerenciar recursos financeiros com efetividade.	P1005 – Aperfeiçoar o processo de planejamento e execução orçamentária	Alinhar os planos de ensino à disponibilidade orçamentária e financeira do câmpus.
	P1006 – Aperfeiçoar a gestão de materiais.	Aprimorar o processo de aquisição de materiais visando simplificar e agilizar a compra de equipamentos e insumos necessários à realização de atividades pedagógicas.

P11 – Garantir infraestrutura física e tecnológica adequada às ofertas.	P1101 – Consolidar a infraestrutura física e tecnológica dos câmpus e da Reitoria.	Adequar ou revitalizar a infraestrutura física e tecnológica necessárias, visando a adequação dos espaços às atividades de ensino, pesquisa e extensão.
		Garantir materiais e insumos necessários para a realização das aulas.
	P1102 – Otimizar a utilização de espaços físicos e recursos tecnológicos.	Elaborar e implantar programa de manutenção de equipamentos, de laboratórios e de multimeios didáticos.
		Viabilizar a oferta de serviços de reprografia nos câmpus por meio dos grêmios e centros acadêmicos.
C3 – Promover a qualidade de vida no trabalho.	C0307 – Fortalecer os processos de identificação dos servidores com o local de trabalho.	Implementar mecanismos para fixação dos docentes, em especial nos câmpus que estão distantes dos grandes centros urbanos.
C4 – Promover o desenvolvimento dos servidores e captar as competências necessárias para a execução da estratégia.	C0406 – Desenvolver um programa de formação em Educação Profissional, Científica e Tecnológica.	Promover capacitação da coordenação pedagógica e dos docentes sobre o processo avaliativo e estratégias de avaliação por competência.
		Desenvolver ações de formação continuada dos servidores, incluindo complementação pedagógica de professores não licenciados.
	C0412 – Aprimorar os processos de redistribuição e concurso público por competências.	Aprimorar o processo de concurso público e processos simplificados de contratação de substitutos para contratação mais célere de docentes.
	C0413 – Capacitar os docentes para a práxis educativa direcionada aos diferentes públicos.	Estabelecer procedimentos para planejamento de aulas para que sejam construídos com o apoio do setor pedagógico.
	C0414 – Capacitar os servidores em atendimento educacional especializado.	Capacitar os técnicos administrativos e docentes para o relacionamento e trabalho com estudantes com deficiência e com dificuldades de aprendizagem.

Fonte: Elaborado pelos autores (2018).

* iniciativa estratégica a ser implementada no próximo PDI.

7 IMPLANTAÇÃO, MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO

A partir da elaboração do PPE-IFSC, entende-se necessário que esse planejamento seja transformado num programa sistêmico e permanente. Propõe-se, portanto, que sejam implementadas as ações a partir da organização apresentada a seguir.

7.1 Comissões e Planos Locais de Permanência e Êxito

A fim de coordenar a execução do PPE-IFSC, será instituída uma Comissão de Acompanhamento das Ações de Permanência e Êxito dos Estudantes no âmbito da Reitoria (CAPE Central), de caráter sistêmico e permanente, e com a seguinte composição:

- 1 membro do Gabinete da Reitora;
- 4 membros da Pró-Reitoria de Ensino, um de cada diretoria;
- 1 membro da Pró-Reitoria de Extensão e Relações Externas;
- 1 membro da Pró-Reitoria de Pesquisa, Pós-graduação e Inovação;
- 1 membro da Pró-Reitoria de Administração;
- 1 membro da Pró-Reitoria de Desenvolvimento Institucional;
- 5 dirigentes de câmpus (1 por região de abrangência do IFSC), sendo 2 diretores gerais, 2 dirigentes DEPE e 1 chefe DAE;
- 2 representantes discentes, sendo 1 de graduação, preferencialmente de licenciatura, e 1 de curso técnico, preferencialmente de PROEJA.

A CAPE Central terá as seguintes atribuições:

- coordenar a implantação, monitoramento, avaliação e atualização do PPE-IFSC;
- zelar pelo cumprimento das metas e indicadores de permanência e êxito;
- orientar e articular com os câmpus a implementação das ações de permanência e êxito;
- promover a divulgação das ações institucionais e seus resultados.

Cada unidade ou câmpus do IFSC constituirá uma Comissão de Acompanhamento das Ações de Permanência e Êxito dos Estudantes (CAPE Local),

que será designada pela Direção-Geral do câmpus com a seguinte composição mínima:

- Diretor Geral;
- Dirigente de Ensino e/ou Chefe de Assuntos Estudantis;
- 1 Coordenador de curso de graduação, no mínimo;
- 1 Coordenador de curso técnico, no mínimo;
- 2 Servidores da Coordenadoria Pedagógica, sendo 1 Assistente de Aluno;
- Coordenador de Pesquisa;
- Coordenador de Extensão;
- 1 discente de curso de graduação;
- 1 discente de curso técnico.

Por sua vez, a CAPE Local terá as seguintes atribuições:

- analisar os principais dados e fatores que levam à evasão e à retenção nos diferentes cursos do câmpus;
- definir ações de intervenção para melhorar os indicadores de permanência e êxito nos cursos;
- monitorar as ações implantadas verificando sua eficácia e a necessidade de ajustes;
- promover a divulgação no âmbito do câmpus das ações desenvolvidas e dos seus resultados.

Parte dessas ações de responsabilidade de cada CAPE Local deverá subsidiar a elaboração do Plano Local de Permanência e Êxito (PLPE) sob orientação da CAPE Central.

Nesse sentido a CAPE Central, em articulação com as CAPE Locais, deverá organizar um plano de trabalho com um cronograma contendo as etapas, os responsáveis e os respectivos prazos. As seguintes etapas deverão estar contempladas no plano de trabalho:

- 1) diagnóstico da evasão e retenção nos diferentes cursos ofertados pelo câmpus;
- 2) mapeamento das principais causas ou fatores;
- 3) discussão e definição das principais medidas de combate;
- 4) consolidação do plano local de permanência e êxito;
- 5) implantação, monitoramento e avaliação das medidas.

7.2 Monitoramento e Avaliação das Ações

As ações previstas no PPE-IFSC se articulam diretamente com as perspectivas, objetivos e iniciativas estratégicas do PDI, conforme evidenciado na seção 6 e, mais precisamente, no Quadro 9. Assim o processo de monitoramento e avaliação das medidas de permanência e êxito pode se utilizar do Plano Anual de Trabalho (PAT), que é o instrumento de planejamento das ações institucionais anuais da Reitoria e dos Câmpus. A execução das medidas, portanto, precisa ser monitorada e avaliada pela CAPE Central pela sua interface com os processos de planejamento e de autoavaliação institucionais já existentes.⁷

Nesse sentido deverá se empreender as seguintes atividades para monitoramento da execução do PPE-IFSC:

- inserção das ações de permanência e êxito no PAT da Reitoria e dos campus;
- avaliação anual das metas e indicadores de permanência e êxito previstas no PDI;
- sistematização dos dados de evasão e retenção do IFSC e suas unidades a partir dos relatórios extraídos do Sistema Integrado de Gestão de Atividades Acadêmicas (SIGAA);
- sistematização dos relatórios anuais das ações de permanência e êxito, emitidos pelos câmpus;
- apresentação dos resultados à comunidade e aos órgãos colegiados da instituição.

Ressalte-se que o resultado das ações de monitoramento e avaliação enunciadas acima deve subsidiar a revisão e atualização do PPE-IFSC, bem como do próprio PDI, neste caso quanto aos objetivos e iniciativas estratégicas para permanência e êxito dos estudantes.

⁷ No contexto do PDI 2015-2019 a criação e atuação da CAPE Central têm relação direta com a perspectiva dos processos, especialmente com o objetivo estratégico “P3 – Aprimorar aos processos que conduzem à permanência e êxito”.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ratificamos que o PPE-IFSC tem como objetivo geral promover a permanência e êxito dos estudantes nos diferentes cursos ofertados pelo IFSC. O documento é resultado do esforço coletivo, coordenado pela Comissão Interna Geral com as comissões dos câmpus na fase do diagnóstico qualitativo a partir dos dados de evasão e retenção.

Algumas dificuldades foram vivenciadas nesse processo: inconsistências no levantamento de dados fornecido pela SETEC; caráter extremamente aberto e subjetivo da metodologia e instrumentos fornecidos nos documentos e expedientes da SETEC; divergências na forma de aplicar e relatar o diagnóstico qualitativo efetuado pelos câmpus e morosidade no encaminhamento dos respectivos relatórios para a Comissão Interna Geral.

Tais limitações explicam alguns pontos que poderiam estar melhor definidos no Plano Estratégico e apontam para a necessidade de revisão e atualização do próprio planejamento, a partir do processo de implantação. Acreditamos que com a constituição e o funcionamento da CAPE Central e Locais se possa mobilizar outros segmentos da comunidade acadêmica em torno do tema e do processo de execução do PPE.

Um importante instrumento para o acompanhamento da permanência e êxito dos estudantes será o Sistema Integrado de Gestão das Atividades Acadêmicas (SIGAA), implantado em 2018.1, dadas as possibilidades de extração dos dados acadêmicos e, mais diretamente, daqueles relacionados à evasão e retenção, assim como do acompanhamento mais frequente e sistemático da trajetória dos nossos estudantes.

A elaboração do PPE-IFSC se constituiu, portanto, num importante passo para um primeiro levantamento e sistematização da problemática da evasão, assim como para a definição de um conjunto de medidas que precisa ser adotado para o fortalecimento da nossa missão institucional e dos objetivos estratégicos constantes no PDI. Esperamos que sua implantação contribua efetivamente para o atendimento das expectativas e necessidades formativas dos nossos estudantes no contexto de uma educação profissional pública, gratuita e de qualidade.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Decreto nº 7.566, de 23 de setembro de 1909. Cria nas capitais dos Estados da República Escolas de Aprendizes Artífices, para o ensino profissional primário e gratuito. **Diário Oficial**, Brasília, 26 set. 1909. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1900-1909/decreto-7566-23-setembro-1909-525411-norma-pe.html>>. Acesso em: 12 mar. 2017.

BRASIL. Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008. Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, 30 dez. 2008. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/l11892.htm>. Acesso em: 12 mar. 2017.

BRASIL. Ministério da Educação. **Conferência Nacional de Educação (CONAE) 2010**: construindo o Sistema Nacional Articulado de Educação: o Plano Nacional de Educação, diretrizes e estratégias; Documento Final. Brasília, DF: MEC, 2010. Disponível em: <http://pne.mec.gov.br/images/pdf/CONAE2010_doc_final.pdf>. Acesso em: 10 mar. 2017.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica. **Documento orientador para a superação da evasão e retenção na Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica**. Brasília, DF: 2014.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica. **Nota Informativa n. 138/2015**. Brasília, DF: 2015.

DORE, Rosemary; LÜSCHER, Ana Zuleima. Permanência e evasão na educação técnica de nível médio em Minas Gerais. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, v. 41, n. 144, p. 772-789, set./dez. 2011.

DORE, Rosemary. **Permanência e Evasão na Educação Escolar**. Palestra no IV Ciclo de Formação 2017 – Permanência e Êxito nos Institutos Federais da Região Centro-Oeste. Goiânia, GO: 30 mai. 2017.

GALLINDO, Erica. **Análise Evasão RF**. Disponível em: <<https://public.tableau.com/profile/ericagallindo#!/vizhome/2017-02-18AnliseEvasoRF/Painel1>>. Acesso em: 20 fev. 2018.

GUIMARÃES, Sandra Lopes. **A entrevista de acolhimento e o contrato de trabalho pedagógico como uma possibilidade frente à evasão escolar em um Curso Superior de Tecnologia**. 2012. 151 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Educação, Campinas, 2012.

INSTITUTO FEDERAL DE SANTA CATARINA (IFSC). **Plano de Desenvolvimento Institucional 2015-2019**. Florianópolis, SC: 2015. Disponível em: <<http://pdi.ifsc.edu.br/download/faca-o-download-do-pdi-2015-2019/>>. Acesso em: 15 fev. 2017.

INSTITUTO FEDERAL DE SANTA CATARINA (IFSC). **Anuário Estatístico IFSC**. 2017b. Disponível em: <<http://www.ifsc.edu.br/anoario-estatistico>>. Acesso em: 12 mar. 2017.

INSTITUTO FEDERAL DE SANTA CATARINA (IFSC). **Site institucional**. 2017a. Disponível em: <<http://www.ifsc.edu.br/clique-veja-mapa-sc>>. Acesso em: 12 mar. 2017.

INSTITUTO FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE (IFRN). **Plano Estratégico de Permanência e Êxito dos Estudantes do IFRN 2016-2018**. Natal, RN: 2016.

TINTO, Vincent. Dropout from higher education: a theoretical synthesis of recent research. **Review of Educational Research**, Washington, v. 45, n.1, p.89-125, 1975.

SISTEMA NACIONAL DE INFORMAÇÕES DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA (SISTEC). 2016. Disponível em: <<https://sistec.mec.gov.br/login/login>>. Acesso em: 13 abr. 2017.